

**CARLOS ALBERTO HEYN**

**DESENVOLVIMENTO LOCAL ENDÓGENO: ANÁLISE  
DE EXPÊRINCIA EM PORTO MURTINHO - MS.**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL  
MESTRADO ACADÊMICO  
CAMPO GRANDE - MS  
2003**

**CARLOS ALBERTO HEYN**

**DESENVOLVIMENTO LOCAL ENDÓGENO: ANÁLISE  
DE EXPERIÊNCIA EM PORTO MURTINHO - MS.**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Local à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Área de Concentração: *Territorialidade e Dinâmicas Sócio-Ambientais*, da Universidade Católica Dom Bosco, sob a orientação do *Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila*.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL**  
**MESTRADO ACADÊMICO**  
**CAMPO GRANDE - MS**  
**2003**

A DISSERTAÇÃO FOI APROVADA PELA SEGUINTE

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador - Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila

---

Prof. Dr. Cláudio Freire de Souza

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Emília Mariko Kashimoto

*Dedico este trabalho à minha mãe Porfíria e a minha esposa Vera Regina e ao nosso filho, Enrique Arturo Heyn Neto, para que eu possa dedicar-me mais a este filho e acreditar que ele continue a minha iniciativa no processo de educação como ferramenta para o desenvolvimento local.*

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto do trabalho de muitas pessoas a quem gostaria de agradecer. Espelha o aprendizado em seus mais variados aspectos, dos quais muitas pessoas foram atores, algumas vezes acertando, outras errando, em suas ações e tomadas de decisões. Intenciona mostrar a real possibilidade de apontar um novo rumo à educação como ferramenta de desenvolvimento local, nos seus mais amplos aspectos. Corporifica o relacionamento entre docentes e discentes, toda a comunidade escolar e local, no intuito de se construir um novo relacionamento, uma nova proposta, visando à melhoria não só da qualidade de vida, mas da vida em todo o seu percurso.

Em especial, ao meu incansável mestre *Professor Vicente Fideles de Ávila*, que dedicou horas do seu exíguo tempo, para que eu pudesse realmente captar a essência do Desenvolvimento Local.

À *Maria Célia Fróes Acosta*, por seu importante apoio no seu desenvolvimento, e à *Guilhermina Brites*, que nos momentos mais difíceis não mediu esforços para me motivar na conclusão deste importante e laborioso trabalho.

Aos *profissionais da área de educação do Município de Porto Murinho*, que se dispuseram a testar esta nova metodologia e aplicá-la no seu cotidiano. A vocês, meu respeito, carinho e profundo agradecimento.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, foram parceiros durante todo o processo de pesquisa.

*Una democracia será sólida dependiendo de la fortaleza de sus comunidades territoriales, en las cuales un factor fundamental es la práctica de la participación. De allí la importancia del municipio.*

*(Germán Rozas)*

## **RESUMO**

Este estudo se refere à experiência da implementação de iniciativas metodológicas com professores de escolas públicas municipais e estaduais de Porto Murtinho, pela qual se pretendeu desenvolver um trabalho, a partir de 2001, visando envolver os professores do ensino fundamental, a fim de interfocar ensino escolar e desenvolvimento local, com base no enfoque teórico da publicação “Formação Educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos”, de Ávila et al. (2000). A presente dissertação tem por objeto de estudo a investigação de como se processa a implantação de um projeto piloto de educação, utilizando como ferramenta a aplicação de iniciativas metodológicas de ensino escolar na perspectiva do Desenvolvimento Local, envolvendo o município de Porto Murtinho-MS, em processo autoformativo de investigação/experimentação de iniciativas metodológicas que, aproveitando e/ou considerando as características, condições e potencialidades locais, dinamizem quantitativo-qualitativamente a atividade de educação e desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, reflitam a melhoria da qualidade de vida da comunidade-localidade.

**PALAVRAS-CHAVES:** Educação - Desenvolvimento Local - Formação de Professores

## **ABSTRACT**

This study if it relates to the experience of the implementation of methodologies initiatives with professors of municipal and state public schools of Murтинho Port, for which if it intended to develop a work, from 2001, aiming at to involve the professors of basic education, in order to interfacial pertaining to school education and local development, on the basis of the theoretical approach of the publication “Educational Formation in local development: story of study in group and analysis of concepts, of Avila et al. (2000). The present research has for study object the inquiry of as if it processes the implantation of a project education pilot, using as tool the application of methodology initiatives of pertaining to school education in the perspective of the Local Development, involving the city of Murтинho-MS Port, in own formation process of investigation/experimentation of methodologies initiatives that, using to advantage and/or considering the local characteristics, conditions and potentialities, dinamizem quantitative-qualitative the activity of education and local development e, at the same time, reflects the improvement of the quality of life of the community-locality.

**KEY WORDS:** Education – Local Development – formation of professors



## LISTA DE FOTOS

FOTO 1 - Transporte dos galhos da erva mate pelos ervateiros .....	42
FOTO 2 - Fábrica de Erva Mate .....	44
FOTO 3 - Foto da reunião da comunidade escolar e familiar.....	80
FOTO 4 - Foto da dança, comidas típicas e outras manifestações culturais da comunidade .....	81
FOTO 5 - Foto de pais, professores e direção da escola.....	82
FOTO 6 - Foto da expressão corporal como forma de desenvolvimento dos alunos .....	83
FOTO 7 - Foto das comidas típicas e alusivas a Nossa Senhora .....	84

## **LISTA DE MAPAS**

MAPA 1 - Localização de Porto Murtinho .....	48
MAPA 2 - Divisão político-administrativa de Mato Grosso do Sul .....	53

## LISTA DE TABELA

TABELA 1 - População de Porto Murtinho-MS .....	52
---	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1 - REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	19
1.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL .....	19
1.1.1 Conceitos básicos .....	19
1.1.2 Sustentabilidade .....	25
1.1.3 Tecnologia .....	28
1.1.4 Equidade social .....	31
1.1.5 Equilíbrio ambiental.....	33
1.2 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL .....	36
1.2.1 Ensino, pesquisa e realidade no âmbito escolar .....	36
1.2.2 Educação escolar e formação de cultura do desenvolvimento .....	39
<b>CAPÍTULO 2 - UM OLHAR SOBRE PORTO MURTINHO</b> .....	41
2.1 HISTÓRICO GERAL .....	41
2.2 CARACTERÍSTICAS GEOFÍSICAS .....	48
2.3 POPULAÇÕES E RESPECTIVAS CULTURAS .....	51
2.4 SITUAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO .....	57
<b>CAPÍTULO 3 - IMPLEMENTAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL     ENDÓGENO EM PORTO MURTINHO</b> .....	59
3.1 HISTÓRICO DA FASE INICIAL DO PROCESSO .....	59
3.2 RAZÕES DO INSUCESSO DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO .....	65
<b>CAPÍTULO 4 - PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL</b>	

<b>PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR</b> .....	69
4.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DESENVOLVIMENTO LOCAL .....	69
4.2 PRIMEIROS PASSOS DO TRABALHO NA ESCOLA NOSSA SENHORA DE CAACUPÉ.....	79
4.3 LIMITAÇÃO DO PROJETO E DO PRÓPRIO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO À ESCOLA-COMUNIDADE CAACUPÉ .....	84
4.4 UM OLHAR SOBRE OS RESULTADOS DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO .....	85
4.4.1 Entrevista 1 .....	86
4.4.2 Entrevista 2.....	87
4.4.3 Entrevista 3.....	89
<b>CAPÍTULO 5 - PRINCIPAIS LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL</b> .....	91
5.1 ENVOLVIMENTO .....	91
5.2 RECURSOS .....	94
5.3 APOIO EXTERNO DOS PESQUISADORES .....	94
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	96
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	99
<b>APÊNDICE</b> .....	103
<b>ANEXOS</b> .....	107

## INTRODUÇÃO

Antes de apresentar este estudo, serão explicitadas as razões para a realização desta pesquisa, inserida no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local.

Por volta dos anos noventa, após ter concluído o curso de Administração de Empresas na Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro-RJ, este pesquisador retornou à sua cidade, Porto Murтинho. Já nos primeiros dias em contato com amigos e escolas, verificou a carência de professores na área de matemática e, em uma segunda visita às escolas, recebeu convite para ministrar aulas de matemática no ensino fundamental e de contabilidade no nível médio, além de ser convidado pela Secretaria Municipal de Educação, para ser diretor da Escola Municipal Tomaz Laranjeira, que o mesmo aceitou sem, entretanto, abandonar suas aulas.

Em 1991, este pesquisador se lançou para concorrer ao cargo de vereador da Câmara Municipal, eleito, foi convidado pelo Prefeito para assumir a pasta da Secretaria Municipal de Educação, cuja função foi exercida por dois anos. Após esse período, retornou para a Câmara Municipal, para exercer o cargo e terminar o mandato. A partir dessa data, foi convidado para presidir a Comissão de Educação, Cultura e Meio Ambiente.

Como vereador e presidente da comissão de educação, o pesquisador apoiou o prefeito na composição do Plano de Cargos e Carreiras. E ainda, fazendo algumas pesquisas com os pescadores locais, sobre a pesca, detectou que os peixes do Rio Paraguai estavam escasseando e a consequência disto à economia da localidade murтинhense estava

sendo afetada pela falta de turista. Com os vereadores e pescadores, decidiu fazer uma paralisação de protesto contra a pesca predatória praticada pelos pescadores paraguaios da região de Guarani, Forte Olímpo. Este resultou no fechamento do tráfego pelo Rio Paraguai, em frente a Porto Murtinho, o que acabou repercutindo na imprensa internacional, sendo então formada uma comissão para ir à Assunção-Paraguai, ter uma audiência com o Presidente da República do Paraguai, para reivindicar uma legislação única, denominada de Legislação Binacional.

Por meio dessa paralisação, formou-se a ABIPAN (Associação Binacional para Defesa do Pantanal), do qual este pesquisador assumiu o cargo de vice-presidente. Assim, diante de uma realidade com tais problemas e necessidades e, como filho desta terra, procurou uma metodologia para contribuir e melhorar a calamidade da população murtinhense, chegando à Universidade Católica Dom Bosco, quando decidiu estudar, buscar conhecimentos, participando da seleção para o Mestrado em Desenvolvimento Local.

Diante dos entraves verificados no desenvolvimento das potencialidades de Porto Murtinho, o pesquisador procurou analisar por que não houve a implementação das ações promovidas para o desenvolvimento local endógeno, capitaneada pela Prefeitura Municipal de Porto Murtinho-Mato Grosso do Sul.

Neste sentido, os objetivos desta pesquisa são estudar e analisar por que a experiência de desenvolvimento local endógeno na localidade murtinhense não se concretizou, por meio da implementação plano básico 2001-2004, que visava à Formação de Educadores, na perspectiva do Desenvolvimento Local, por estes serem os multiplicadores de conscientização do resgate desta comunidade de desenvolver-se de forma endógena.

Foi nessa direção que se colocou a questão norteadora para esse trabalho de

pesquisa O método de abordagem foi sistêmico, uma vez que os fenômenos foram interpretados a partir da inter-relação e interdependência entre um conjunto de variáveis que concorrem para dar origem aos ambientes, nas diferentes escalas do território, verificando-se as condições favoráveis ou limitantes, assim como das interferências de uma escala sobre outra. Entretanto, os arranjos ou estruturas de organização da comunidade em um território local podem evoluir para a formação de sistemas produtivos locais.

Partiu-se de uma revisão teórica sobre arranjos produtivos e conceitos correlatos, inclusive de definições de desenvolvimento territorial e local que pudessem ser correlacionados, assim como de uma literatura específica a respeito. Os referenciais teóricos que embasaram este estudo foram os seguintes: Ávila (1999-2000-2003); Martín (1994-1995); Lopes (1991); Santos (1999), Verhelst (1992); Leon (1999); Aquino (1983); Silva (2003) dentre outros.

No primeiro capítulo procurou-se definir o desenvolvimento local, procurando delinear um enfoque mais amplo do que o limitado campo econômico, abrangendo-o e inserindo-o também nos campos políticos, sociais e culturais. E, ainda, no sentido de fornecer pistas de promoção de desenvolvimento das comunidades, a educação torna-se um caminho de desenvolvimento humano, podendo resultar ainda em desenvolvimento econômico, político e social, em uma convergência endógena, desenvolvendo-se de dentro para fora, em qualquer comunidade-localidade.

Na seqüência, faz-se um relato do município de Porto Murinho sua historiografia, nos aspectos econômicos, geofísicos, populacionais e culturais, conforme Silva (2003, p. 160) se referiu, que a sentinela avançada do Brasil, à margem esquerda do rio Paraguai, seria justo que não faltassem a Porto Murinho os meios necessários para que ela desenvolvesse os próprios recursos e se pudesse apresentar com as roupagens dignas de uma cidade brasileira, constantemente exposta às visitas do estrangeiro e, principalmente,



às dos turistas.

Na história de Porto Murтинho, dois fatores se destacam. O primeiro foi a história da exploração da erva-mate, pela Cia Mate Larangeira, que se apresenta com seus ervais nativos, pelos idos de 1862, como mola propulsora desenvolvimentista desta cidade pantaneira, localizada as margens do Rio Paraguai. Atualmente, a erva-mate deu lugar à pecuária e ao comércio. Outro fator relevante foi a formação de sua gente; Porto Murтинho tem na sua etnia povos de origem paraguaia, índios das Nações Terena, Kadiéu (Brasil) e Ayoréu (Paraguai), além de brasileiros. Assim, a cultura da região é definida como “bi-nacional”, por agregar todos esses povos.

O terceiro capítulo apresenta um relato das tentativas de Implementação do Projeto de Desenvolvimento Local em Porto Murтинho. O caminho percorrido até a Universidade, a tentativa de criar convencimentos no executivo municipal, o contato entre a UCDB e a Prefeitura Municipal de Porto Murтинho, os encontros, o Plano Básico (2001-2004), para implementação das políticas públicas concernentes à coordenação geral, educação, saúde, infra-estrutura, cultura, esporte, turismo, comunicação e promoção social, os pontos fortes e fracos do processo nessa fase.

No quarto capítulo, discorre-se sobre o afunilamento que houve no processo para a educação escolar e, mais especificamente, a implantação do Projeto na Escola Municipal Nossa Senhora de Caacupé, no ano de 2001, o caminho percorrido até aí, as facilidades e dificuldades de implementação, limitações e os resultados obtidos.

No quinto capítulo, apresenta-se as principais lições da experiência na implantação da metodologia do Desenvolvimento Local, como falta de envolvimento da comunidade, recursos e apoio dos atores externos.

Para concluir, nas Considerações Finais são apresentados os principais resultados e discussões sobre o tema, bem como as possibilidades de ampliação deste

estudo, em novas abordagens teórico-metodológicas. Após as análises dos dados e dos conceitos que foram identificados à luz das teorias e da realidade de Porto Murinho, foram apresentadas as principais conclusões que este estudo permitiu visualizar.

# CAPÍTULO 1

## REVISÃO DA LITERATURA

### 1.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL

#### 1.1.1 Conceitos Básicos

Para conceituar Desenvolvimento Local, é conveniente, antes, conceituar desenvolvimento, neste contexto, portanto, não restrito aos limites do mero crescimento econômico. Em termos mais amplos, a visão de Pereira (*apud* ÁVILA, 2000:p.20-1), é a de que o desenvolvimento

[...] é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuos e profundas transformações. Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Na verdade, não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorializado, a não ser para fins de exposição didática [...]. O desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação global.

Nesse prisma, o desemprego que se avoluma é verificado em países desenvolvidos e não desenvolvidos, é tão somente uma das variáveis implicadas, mas de suma importância, porque é estrategicamente geradora de outras. A esse respeito, Martín (1995:p.3) exemplificou:

O desemprego maciço que afeta hoje, especialmente a Europa, não é um fenômeno completamente novo, por sua amplitude, porém, suas características são muito diferentes, afeta muito mais as categorias vulneráveis, como os jovens, as regiões com atraso de desenvolvimento e as regiões pouco industrializadas.

O autor apontou ainda o que considera como causa fundamental desse desemprego no velho continente. Assim, para Martín (1995:p.3):

A causa fundamental do desemprego deve-se à reestruturação iniciada com a mundialização dos mercados. (...) O problema de desemprego em massa na Europa não pode resolver-se com uma solução, parcial, entre outras coisas - aplicada nos Estados Unidos, onde uma crescente parcela de trabalhadores se acha praticamente em situação de exclusividade, devido a seu nível de ingresso e de proteção social.

Mesmo na perspectiva de geração de empregos para essas populações, segundo Martín (1995, p. 4), são necessárias estratégias de políticas econômicas diferenciadas, centrando-se em políticas dirigidas a favorecer o desenvolvimento local e os chamados novos empregos.

Nesse sentido, o principal objetivo das iniciativas locais, na ótica de Martín (1995, p. 5), é o de reforçar a capacidade de uma zona concreta de buscar, de forma autônoma, sua própria via de desenvolvimento. Criando-se, assim, o entorno favorável ao desenvolvimento utilizando as características e riquezas de cada território. Que a força das iniciativas locais depende da aplicação de um conjunto de elementos: a dimensão econômica e social, a intervenção pública e a iniciativa privada, as tecnologias mais avançadas e as exigências mais tradicionais.

Ávila (2000:p.71) ampliou esse conceito de desenvolvimento local, extrapolando o contexto apenas econômico:

[...] o desenvolvimento local constitui esperançosa novidade exatamente porque talvez represente, no momento, a única proposta de progresso integral, em nível concretamente local, capaz de despertar e impulsionar a própria comunidade localizada a se desenvolver social, cultural, econômica e ecossistemicamente, na condição de sujeito e não de mero objeto de seu próprio progresso.

Tal proposta de desenvolvimento local precisa, antes de tudo, ser movida pelo desejo de todos os atores estarem envolvidos nessa busca autônoma do desenvolvimento de suas comunidades-localidades. Em todo projeto que vise o desenvolvimento local, é

fundamental considerar os aspectos ligados às peculiaridades e diferenças locais, tais como a própria capacitação da população local para o desenvolvimento da riqueza hídrica, da biodiversidade, bem como do patrimônio natural e cultural do local. Investir no sentido de ajudar um povo para que este descubra, conserve ou recupere sua identidade, sua cultura, que é, sem dúvida, a contribuição mais valiosa, na medida em que este povo se torne capaz de cultivar sua auto-estima e sedimentar, ainda mais, a sua história local.

No entanto, ao se contextualizar *local* na expressão *desenvolvimento local*, encontra-se concepções distintas e depreende-se que abarcam perspectivas não antagônicas, mas complementares, conforme os três conceitos locais de autores diferenciados, que se seguem.

Primeiramente, o plano de Lopes (1991:p.42), que destacou:

Quando falamos de local, estamos nos referindo a um espaço, a uma superfície territorial de dimensões razoáveis para o desenvolvimento da vida, com uma identidade que o distingue de outros espaços e de outros territórios e no qual as pessoas conduzem sua vida cotidiana: habitam, se relacionam, trabalham, compartilham normas, valores, costumes e representações simbólicas.

A importância do local foi realçada na década de 1980, no Brasil, por meio dos polêmicos debates sobre descentralização e reforma do Estado, defendidas por neoliberais e por entidades da sociedade civil mais comprometida com qualidade de vida e cidadania.

A necessidade de as comunidades começarem a se organizar de forma solidária (para que possam sobreviver, objetivando seu próprio crescimento, combatendo o desemprego, a carência de políticas sociais, a perda da qualidade de vida e a degradação ambiental) foi motivo para a busca de maior dinamismo nas atividades econômicas locais e lutas por melhor distribuição de renda, a fim de equilibrar o fenômeno da globalização, que começou a assolar o país.

Outras características e dinâmicas são acrescentadas ao conceito de local. Assim,

Guajardo (1988:p.84) enfatizou que:

Um território de identidade e de solidariedade, um cenário de reconhecimento cultural e de intersubjetividade é também um lugar de representações e práticas cotidianas [...]. Necessidades de construir toda dinâmica de desenvolvimento a partir de uma identidade cultural fundamentada sobre um território de identificação coletiva e de solidariedade concretas.

Lazarte (Organização Mundial do Trabalho, 1999) afirmou que:

La revisión propuesta, nos lleva a reivindicar el ámbito de lo local, como un espacio más concreto de participación social en el proceso, como una unidad de análisis, planificación y acción, capaz de revelar y activar un conjunto de potencialidades no apreciadas por el planificador tradicional y de atender un igual número de demandas insatisfechas a través de mecanismos apropiados al contexto y escalas de las mismas, aportando de esta manera dentro un esfuerzo sinérgico al desarrollo de la región y el país.

Estas duas maneiras de entender *local* têm ênfases próprias, Guajardo (1988), por exemplo, acentuou os aspectos dinâmicos, contemplando comportamentos, lideranças, relações formais e informais, mobilizações e cultura, enquanto o conceito de Lazarte (1999) se apresentou estático, ao focar o lugar como unidade de análise, planejamento e ação de novo planejador, em relação ao perfil do planejador tradicional, capaz de revelar potencialidades omitidas pelo tradicional.

Para compreensão mais abrangente sobre assunto tão complexo e extenso, procurou-se entender a distinção entre espaço e território, começando pelo Novo Dicionário Aurélio: *espaço* é a “distância entre dois pontos, a área ou volume entre limites determinados” e *lugar* é “mais ou menos bem delimitado, cuja área pode conter alguma coisa”; e *território* é a “extensão considerável de terra; torrão; a área de um país”.

A forma como Santos (1999:p.51) descreveu os significados de *espaço* e *território*, contribuiu muito para a compreensão do entrelaçamento conceitual que ambos representam no contexto do *desenvolvimento local*:

A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima [...]. O espaço é objeto e sistema de ações, não considerado isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá [...]. O espaço é hoje um sistema de objetos formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade.

Amplamente a Santos (1999), que difere marcadamente os dois conceitos, mas, ao mesmo tempo, interage-os no impacto das relações humanas na dinâmica processual local ao atribuir, ao descrever um território, a delimitação geofísica como sustentação para os dinamismos fenomenológicos e vitais que se operam no âmbito do mesmo, isto significando espaço.

Essa interação território *versus* espaço, no contexto do Desenvolvimento Local, é assim comentada por Ávila *et al.* (2000:p.63),

[...] o autêntico desenvolvimento local é aquele que gera no seio (isto é, dentro) de cada comunidade-localidade capacidades, competências e habilidades endógenas de se desenvolver de (dentro)? (para) fora e de acordo com suas próprias características, potencialidades e condições, ou seja, é aquele pelo qual a comunidade mesma se desenvolve para desenvolver a sua localidade em todas as suas dimensões territoriais e espaciais, evidentemente contando com a ajuda de agências, agentes e outros fatores externos devidamente conscientes e preparados não para levarem o desenvolvimento de fora para dentro da comunidade mas no sentido de realmente colaborarem para que ela (a comunidade) se torne capaz e apta a se desenvolver (a si mesma) para também desenvolver os território e espaço geofísicos abrangidos em seus raios de vida e ação.

Ávila *et al.* (2000:p.89-90) ainda relatou, como exemplo, a comunidade de Blumenau, do Estado de Santa Catarina, como bom estágio endógeno de desenvolvimento:

O Secretário de Estado da Educação de Santa Catarina, ao relatar experiências de boa municipalização (não só na área de educação) em seu Estado (no Encontro sobre Municipalização do Ensino promovido pela Secretaria de Educação Básica-SEB/MEC, de 04 a 06/12/89 em Florianópolis-SC, do qual participou o Coordenador deste Grupo de Estudo) assim se pronunciou, referindo-se à comunidade municipal de Blumenau: se a Ilha de Santa Catarina fosse ocupada por Blumenau (ao invés de Florianópolis), esta seria uma verdadeira 'ilha da Fantasia', porque a comunidade de Blumenau sabe - dizia ele - o que quer, e não aceita políticas e ingerências de cima para baixo no

Município; lá se cultiva a cultura, de cunho germânico, de que todos os componentes de uma família têm o dever de trabalhar, ou seja, da mesma forma que os adultos trabalham em seus afazeres diários, as crianças sabem que a dedicação à escola é o trabalho delas.

Na maioria das vezes, a idéia de desenvolvimento tem se confundido com a de crescimento econômico, que está limitado a buscar o aumento da produção, do emprego e da renda das pessoas, como enfocado atrás. Emprego e renda são importantes para as pessoas, mas o que de fato mais importa é o desenvolvimento das próprias pessoas, como também pode ser observado em Ávila *et al.* (2000:p.23):

No processo de desenvolvimento, o alvo central é o ser humano como artesão de seu êxito ou fracasso, pois se requer que cada um, ao se tornar responsável pelo seu próprio progresso, de toda ordem e em todas direções, influencie o seu entorno como fonte irradiadora de mudanças, de evolução cultural, de dinamização tecnológica e de equilíbrio meio ambiental. Portanto, não se obtém desenvolvimento sem que se visualize o homem, à luz da hierarquia de valores, em sua integridade como pessoa humana, membro construtivo de sua comunidade e agente de equilíbrio em seu meio geofísico.

Isso requer uma transformação no modo de os homens vêem a si mesmos e aos semelhantes, pois boa parte dos males que hoje nos afligem desapareceriam ou remediar-se-iam automaticamente. Portanto, não devemos nos surpreender que, hoje, sociedades, em qualquer lugar do mundo, estejam lutando para conseguir viver em harmonia com as diferenças.

No que respeita à atuação dos agentes de desenvolvimento externo à localidade, é preciso ouvir os anseios e as perspectivas que motivam a respectiva comunidade, a fim de que haja um envolvimento e comprometimento da mesma e, conseqüentemente, o sucesso do empreendimento. Não se pode, como agente externo, tentar forçar a transformação abrupta da mentalidade e das tradições, pois isso funcionará como obstáculo para o desenvolvimento, tendo em vista que sustentará a resistência da comunidade ao agente externo, tornando sua influência indesejável. As pessoas, antes de tudo, devem entender o seu papel na comunidade-localidade e sua importância no contexto



do desenvolvimento local, e, assim, convergir para a efetiva e consciente participação na construção desse processo, pela própria comunidade.

Dessa forma, para desencadear um processo de desenvolvimento local, é necessário contar, em princípio, com a iniciativa das pessoas, dos agentes internos, pois nada será possível sem que a própria comunidade-localidade assuma a implantação de seu programa de desenvolvimento, descobrindo e aproveitando as potencialidades do local para o progresso do mesmo.

### **1.1.2 Sustentabilidade**

No aporte de Verhelst (1992: p.77):

O equilíbrio fundamental das sociedades está abalado em quase todos os países. Como consequência desse desequilíbrio, surgiram condições de vida antes inexistentes: favelas, fome, doenças endêmicas em grande escala, superexploração dos trabalhadores e camponeses, ditaduras militares poderosas. Os aspectos insuportáveis dessa miséria implantada no mundo com a co-participação da modernidade ocidental devem ser urgentemente minimizados. Como? [...]. Enfrentando um dilema grave, cuja solução só poderá provir dos povos envolvidos nessa situação.

A realidade explicitada nas palavras de Verhelst (1992) pode ser complementada com Ávila (2003:p.17), no intuito de elucidar a questão do Desenvolvimento Local Sustentável:

Na Europa, o desenvolvimento local visa ao empreendimento de medidas descentralizadas ao âmbito de determinada comunidade-localidade concreta (detentora de identidade social e histórica própria), mas com as seguintes conotações que o delimitam, conceitualmente, como estratégia de desenvolvimento: destina-se a comunidades-localidade periféricas, ou socioeconomicamente carentes em relação à média das demais; sua programação deve contar com a participação das comunidades envolvidas; pressupõe-se que o desenvolvimento social decorra do desenvolvimento econômico, e não o inverso; e seus alvos principais são a geração de emprego e a melhoria da qualidade de vida das comunidades periféricas.

Já no caso brasileiro, o governo federal se valeu da expressão *Desenvolvimento Local* para a ativação de programa assistencialista ou, segundo o mesmo autor:

Sob forte pressão política por ação de combate imediato à extrema pobreza, e de certo modo combinando a concepção de desenvolvimento sustentável-bastante cultivada no país após a mencionada na Eco-Rio 92 - com a de desenvolvimento local - recentemente aportada da Europa, o governo federal brasileiro lançou em julho de 1999, o Programa Comunidade Ativa, inserido no preexistente e mais abrangente 'Programa Comunidade Solidária' de promoção social, presidido pela primeira dama do país, objetivando o assim chamado 'Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)', em municípios mais carentes, para tanto, triados. Esse programa conta com um apoio financeiro da Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura (UNESCO), para contratação de agências capacitadoras de recursos humanos e envolve o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), os governos estaduais e as prefeituras municipais (dos municípios triados) em sua implantação e implementação locais. (ÁVILA, 2003:p.17)

Na sua avaliação, o mencionado DLIS é discutível, enquanto autêntico *Programa de Desenvolvimento Local*, pois a concepção de Desenvolvimento Local, nos prismas da União Européia e do DLIS brasileiro, deixa algumas brechas para discussão, como a “Comunidade Ativa/DLIS”, ora em fase de operacionalização, ainda se caracteriza como estratégia tipicamente assistencialista ou promocionalista, em relação às comunidades localidades socioeconomicamente periféricas, sem ser assumida, compromissadamente, por todo o Estado como autêntica política pública de desenvolvimento, tratando-se de programa de assistência emergencial, em face da situação de extrema pobreza, em acelerado processo de agravamento, que se encaixa em outro também de configuração assistencial, a “Comunidade Solidária”; segundo o DLIS e a concepção européia de Desenvolvimento Local, deixam margem à interpretação de que os vigentes princípios e paradigmas capitalistas de desenvolvimento socioeconômico, pelos quais as comunidades-localidades não tidas como carentes ainda conseguem equilibrar-se, são irretocáveis até pela falta de contraposição de alternativas, a exemplo do socialismo histórico já declinado; terceira, ambos visam intencionalmente ao desenvolvimento endógeno das comunidades-localidades, mas o DLIS, principalmente, não oferece pistas teórico-metodológicas no sentido de que efetivamente ocorra o processo de

endogeneização, em virtude dos exógenos e parametrizados “pacotes” de estratégias e técnicas de diagnoses, treinamentos de lideranças e implementação de atividades não necessariamente compatíveis com as peculiaridades e potencialidades de cada comunidade-localidade (ÁVILA, 2003: p. 18).

Dessa forma, se as lideranças políticas de tais localidades, sobretudo brasileiras, conceberem somente as infra-estruturas econômicas, esquecendo-se da social (compreendida aqui pela amplitude das funções sanitárias, educativas, de lazer, de justiça, de segurança, de cultura, bem como ambientais e de vivências, etc.), dificilmente promoverão a sustentabilidade do desenvolvimento no seio de suas comunidades-localidades.

Aliás, é preciso ter clareza que até o desenvolvimento econômico é algo mais amplo e profundo que a economia e, para de fato acontecer, é necessário que apóie nos seguintes pilares: o envolvimento participante; a organização; a educação que culmina no aumento do poder gerador de bens materiais e imateriais das pessoas adequadamente educadas.

A metodologia do desenvolvimento local endógeno não se centra na produção, mas nas pessoas. Elege como seu recurso básico a capacitação para iniciativas criativas das pessoas e, como objetivo fundamental, a geração de bem-estar material e espiritual. Em comunidades que funcionam bem, mesmo em situação de pobreza, há, também, engenhosas estratégias de sobrevivência. O desenvolvimento centrado nas pessoas respeita essas estratégias e procura melhorar a capacidade das comunidades para resolver seus próprios problemas. Sua premissa é a de que as pessoas, quando sentem, mas não conseguem reconhecer com discernimento suas próprias necessidades, transformam-nas em enormes obstáculos que as impedem de agir mais efetivamente e o foco de ação recai

sobre a remoção desses “obstáculos”, ao invés de buscar iniciativas e meios para resolvê-los enquanto autênticas necessidades.

Nesse sentido, fica a seguinte reflexão de Gandim (1995, p. 1) para que se efetive o Desenvolvimento Local, tanto nos países europeus quanto no caso brasileiro: “O poder não está na mão dos outros, ele está na sua cabeça e nas suas mãos”, mediante o alerta de que, se alguém quer que as pessoas participem, deve, antes, levá-las a sério.

### **1.1.3 Tecnologia**

Sobre a tecnologia no âmbito do Desenvolvimento Local, Alaez (*apud* MARTIN, 1994:p. 73), argumentou que ainda que a tecnologia constitua um elemento de vital importância, no comportamento econômico de qualquer área, isto não implica que as atividades da alta tecnologia sejam as únicas que se podem adotar para solucionar os diferentes problemas regionais e locais.

Assim sendo, Ezra (*apud* MARTIN, 1994:p. 73) referiu que um fator chave da tecnologia é igual ao que resta dos recursos analisados até este momento, não é por si mesma uma condição suficiente para assegurar um desenvolvimento econômico efetivo. Para que seja realmente viável, há de estar acompanhada por outras políticas de estimulação do potencial endógeno e acomodar-se nas necessidades reais de cada ambiente concreto.

Para Barcelo (*apud* MARTIN, 1994:p.73), a validade da associação entre desenvolvimento e inovações tecnológicas tem algumas ressalvas:

Associar desenvolvimento e inovação tecnológica é um princípio válido de uma estratégia de desenvolvimento, porém há de ter em conta que nem todas as zonas partem das mesmas condições. Sua situação econômica e social não é produto da casualidade, obedece a uma série de fatores de muitas diversas índoles (econômicas, históricos, culturais...) tanto internos como externos que não se eliminam no solo através da inovação tecnológica. Por isto, o desenvolvimento local não só depende da disponibilidade de recursos

e sim também da história social e econômica da área, suas instituições e seus indivíduos. A existência de uma determinada cultura industrial é, portanto, um dos comportamentos individuais e coletivos frente à inovação e é sem dúvida um fator importante para qualquer política de desenvolvimento local, porém precisa também propiciar em seu caso a existência de infra-estruturas das empresas e de serviços técnicos que são fundamentais para facilitar o acesso das empresas de inovação e para difundir-la ao conjunto industrial da zona.

E segundo Vasquez (*apud* MARTIN, 1994:p. 74), uma das condições necessárias para que o progresso tecnológico se converta em desenvolvimento econômico é que as empresas adotem as novas técnicas e o conhecimento tecnológico se difunda.

Por outro lado, inúmeros projetos bem sucedidos mostram inigualável adaptação às variadas circunstâncias, como projetos de combate à fome, iniciativa da Pastoral da Saúde, por exemplo, de algumas comunidades pobres brasileiras, porque se baseiam em profundo conhecimento a respeito das pessoas, no ecossistema e nos recursos naturais nativos. Em geral, deve-se o sucesso de tais projetos a essas pessoas, uma vez que são as melhores especialistas quanto à situação local.

Mais especificamente, há alguns exemplos de tecnologias adequadas, que são resultantes de necessidades reais de certas populações. A título de ilustração, pode-se citar o sistema de “barragens de pedras”, na África, as quais, a exemplo de povos da antiguidade egípcia e mesopotâmica, foram construídas para conter as enchentes e retroceder a erosão. Outra experiência na área de saúde, mais especificamente da saúde infantil, no Brasil, é a terapia da hidratação oral, pela qual milhares de crianças são salvas, sem o uso de antibióticos caros, com apenas solução de sal, açúcar e água filtrada - soro caseiro -, que pode ser feito por qualquer pessoa. Há, ainda, a multimistura, criada como complemento alimentar para crianças em estado de subnutrição, à base de folhas de mandioca, casca de ovo e de farinha. Vale ressaltar, a reidratação oral e a preparação da multimistura são méritos da Pastoral da Criança, cuja idealizadora é a Dra. Zilda Arns, médica pediátrica que tem estado a serviço das populações mais necessitadas de cuidados, as crianças. E, ainda, algumas localidades pobres estão acrescentando a multimistura à alimentação dos idosos.

Os exemplos acima foram mencionados no intuito de contextualizar a relação entre desenvolvimento e tecnologia. O Desenvolvimento Local e o uso de tecnologias devem interagir em cada realidade. Por exemplo, em uma região onde o índice de mortalidade infantil é elevado por diarreia e subnutrição, a tecnologia necessária ao desenvolvimento dessa localidade é, sem dúvida, água tratada e multimistura, como já vem acontecendo nas diversas pastorais espalhadas pelo Brasil.

Sobre a utilização de tecnologias, Verhelst (1992:p.60) ressaltou que a

introdução de técnicas e máquinas estrangeiras provoca grande desordem na economia de um país. É comum se deparar com fábricas “novas em folha” que funcionam com metade de sua capacidade de produção ou observar a cena tragicômica de um trator abandonado em um povoado, enferrujado pela chuva tropical, coberto pela vegetação. No entanto, algumas peças desse mesmo trator já foram recuperadas pelo ferreiro da região, para uma utilização completamente diferente.

Ainda para Verhelst (1992: p. 61):

a) Todo objeto tecnológico serve para demonstrar eficácia, portanto, uma rejeição desse objeto não pode ser acidental ou fortuita. É de demonstração da vitalidade de uma cultura para a qual aquele objeto não tem (ou quase não tem) utilidade e em cuja manipulação ela pressente uma ameaça à sua integridade.

b) Os participantes do simpósio organizado pela OUA, na Monróvia, lançaram um apelo aos negociantes, aos pesquisadores e às especialistas em ensino profissional, no sentido de que eles se reapropriassem de seus valores tradicionais e se esforçassem por substituir a transferência da tecnologia estrangeira no país, por uma capacidade autônoma de pesquisa e de aplicação de técnicas realmente a serviço do ser humano.

[...] Os povos do terceiro Mundo:

c) Poderiam tirar proveito de suas tradições, em vez de aceitarem a agressão da megatecnologia ocidental: a medicina tradicional (a Índia tem 500.000 práticos e 15.000 dispensários ayurvédicos; a arquitetura (certos projetos revelam o potencial técnico das tradições africanas tradicionais no campo arquitetônico), psicologia (uma forma de psicanálise se têm desenvolvimento, desde de tempos imemoriais, no sul asiático). Poderíamos acrescentar a farmacopéia - nas Filipinas são usadas mais de 800 plantas medicinais e muitos outros exemplos.

Portanto, o mundo atual processa rápido desenvolvimento graças aos recursos tecnológicos que despontam, principalmente pela aceleração das informações. Esse tempo é denominado por Lévy (2000:p.122) como “tempo noolítico”<sup>1</sup>, no qual o novo espaço é o do saber autônomo, identificado pelas qualidades humanas.

#### **1.1.4 Eqüidade Social**

---

<sup>1</sup> Idade da pedra do espírito. A pedra não é mais aqui o sílex, mas o silício dos microprocessadores e da fibra óptica.

Esta seção tem por objetivo estabelecer a relação entre desenvolvimento social e equidade social. No Dicionário Larousse Cultural, *equidade* é definida como: “(1) Princípio de justiça fundamentada na igualdade de direitos; (2) Caráter do que é feito com justiça e imparcialidade”.

A expressão *justiça fundamentada na igualdade* reporta à reflexão sobre os povos do terceiro mundo, em relação aos quais a desigualdade supera em índices gritantes a igualdade de direitos de toda a natureza. Esta desigualdade é percebida, principalmente, nos continentes latinoamericano, africano e asiático.

A esse respeito, Verhelst (1992:p.63) apontou que, atualmente, a subnutrição e a fome se generalizam, sobretudo, na África negra, o que se deve a uma multiplicidade de fatores, como as guerras e a instabilidade política, os estados repressores, a exploração do campo pelas cidades e seus comerciantes, a deterioração das condições de permutas, os caprichos do clima e, em certos casos, a exploração demográfica. A miséria não é mais considerada como fruto do retardamento, nem é mais atribuída à fatalidade e aos fatores demográficos, mas também às estruturas sócio-econômicas locais, nacionais e internacionais. Uma vez que a miséria é, em parte, produto do ser humano, a vontade política deve poder destruí-la.

Assim, na atualidade, há que se fazer a análise crítica das relações econômicas internacionais e das estruturas sócio-econômicas características de cada país do Terceiro Mundo. Para Verhelst (1992:p.2-3), o estudo de suas necessidades e potencialidades devem substituir uma reflexão proveniente de uma mentalidade assistencial, mais ou menos paternalista, enraizada no passado, não se avalia mais um projeto de desenvolvimento sem que ele seja situado em seu contexto específico; o apoio solicitado só será concedido, se ele contribuir para libertar homens e mulheres das estruturas que os exploram ou os oprimem.

Concretamente, Verhelst (1992:p.32) reforçou que um poço no Sahel, um

dispensário na Índia ou um trabalho de animação rural no Peru só serão financiados se tiverem provindo de uma tomada de consciência das condições locais e estiverem situados no contexto de um processo de libertação em relação aos mecanismos que trazem e perpetuam o subdesenvolvimento. Em termos ideais, um projeto representa uma iniciativa local, tomada por um grupo de autóctones, que estão procurando se libertar de uma situação de dependência que os mantém na miséria e opressão. As agências de financiamento que adotam esta visão progressista da realidade quase não fazem mais projetos elaborados em seus países de origem. Em vez disso, procuram apoiar iniciativas locais, com a convicção de que os povos do Terceiro Mundo devem ser os sujeitos e não os objetos do desenvolvimento.

No entanto, existem algumas práticas sociais já desenvolvidas no sentido de interromper ou conter o círculo vicioso da acumulação de riqueza e pobreza. Algumas tribos nativas americanas distribuíram formalmente seus bens, em cerimônias rituais, de modo que todos tivessem uma parcela igual. Sistemas mais modernos de redistribuição incluem educação universal, taxas sobre heranças para que cada geração comece de novo, taxas de impostos progressivos sobre os ricos, subsídios públicos para necessidades básicas como saúde e transporte, leis antitrustes, eleições democráticas, remoção de práticas discriminatórias na seleção de empregados, vários tipos de programas de benefícios e transferências de rendas e sistemas de socorro em situações de escassez absoluta.

Semelhante às tecnologias, os mecanismos de equidade social precisam ser adaptados à cultura e história das pessoas. Mas é preciso haver alguns meios de estabelecer e preservar a equidade, de preferência meios que não humilhem os necessitados, que não anulem o valor da pessoa na sociedade e, sim, que afirmem os grandes objetivos sociais da distribuição equitativa. Sem esses mecanismos restauradores da equidade, a economia pode tornar-se maciçamente ineficiente, em vista do grande número de pessoas desenganadas, à



mercê da instabilidade e da violência.

Em suma, as vantagens da implantação de políticas de desenvolvimento local para comunidades, além da criação de emprego, refletem a repartição mais equitativa, mais igualitária de bens e valores, promovendo bem estar de seus indivíduos.

### **1.1.5 Equilíbrio Ambiental**

A implantação de Projetos de desenvolvimento local implica na reflexão sobre o conjunto de recursos como um todo, inclusive os concernentes às questões ambientais.

Para Elizalde (1997:p.31), a crise ambiental, social e cultural atual é produzida pela forma como as análises científicas e, em especial, econômicas, são argumentadas no mundo. Para tanto, Elizalde (1997:p.60) defendeu o necessário desenvolvimento de uma nova consciência moral na espécie humana, uma consciência solidária e ecológica, argumentando que a crise ambiental é de caráter global, que se está vivendo com a possibilidade de mudar radicalmente as formas de perceber a realidade, de desenvolver uma nova consciência mais ecológica, mais solidária, de superar a embriaguez tecnológica, que caracteriza as atuais formas de vida e assumir uma maneira de viver que se caracterize pela sobriedade ecológica.

Diante dessa afirmação, há o seguinte questionamento: quando uma consciência ecológica é solidária? Segundo Elizalde (1997:p.61), quando cumpre as seguintes condições:

- a) Quando a sobriedade amplia mais autonomia aumenta mais a responsabilidade pessoal e comunitária;
- b) Quando atua fazendo uso do meu tempo de vida como uma possibilidade de humanização dos bens naturais e culturais que herdamos e podemos transmitir;
- c) Quando atuo de forma que utilizo ao meu redor o meio ambiente como uma possibilidade de descobrir, preservar e conservar a vida e seu sentido para as espécies que o habitam;
- d) Quando assumo minha responsabilidade e fomento desenvolvimento da diversidade porque é levado a compreender que a variação é um presente, uma forma de riqueza e desenvolvimento e

que a homogeneidade é monotonia e empobrecimento.

Mato Grosso do Sul, por exemplo, é um dos mais novos estados brasileiros, criado em 11 de outubro de 1977, com grandes possibilidades de desenvolvimento, mas também ostentando grandes problemas, inclusive ambientais, e possuindo enormes desafios em torno da grande maioria de seus municípios, na maioria, e debilitados cultural e economicamente.

De acordo com Le Bourlegat (1999:p.14), o modelo de modernização da agricultura e da pecuária, que se expandiu vigorosamente pelo território sul-matogrossense, de um lado a pesca predatória e métodos de mineração inadequados têm sido os maiores causadores de degradação do ambiente natural. As principais ações causadoras de impacto têm sido o desmatamento, que devastou, principalmente, as áreas de cerrado, mas incluindo também o desaparecimento de boa parte das vegetações ciliares, comprometendo a qualidade das águas dos rios, a vida aquática e facilitando processos erosivos, principalmente, em formações geológicas arenosas, utilização de substâncias químicas, mecanização “pesada” do solo, entrada de espécies exóticas, pesca e caça predatória, a pesca realizada por grandes empresas e turistas, assim como a caça de alguns animais, vêm comprometendo a biodiversidade.

Nesse sentido, a busca inteligente e racional de soluções de desenvolvimento para localidades tem, ao mesmo tempo, muitas potencialidades e muitos desafios, dentre eles, a utilização e conservação do ambiente, o que autores como Martín e Le Bourlegat acreditam que: Programa de Desenvolvimento Local, no caso de Mato Grosso do Sul, é algo inovador, já que, ao ser implantado promoverá “o renascimento do lugar”, considerando as suas potencialidades que podem ser dirigidas como força transformadora de um bem estar coletivo (justiça, liberdade e fraternidade).

É importante reforçar que desenvolvimento e meio ambiente não podem ser vistos como processos antagônicos, mas convergentes, visando, enquanto conjunto, às soluções, a melhoria de qualidade de vida de seus sujeitos, onde estes projetos forem implantados.

A produção não precisa ser organizada de modo a colocar em risco ou diminuir as pessoas. As cidades não precisam ser planejadas para excluir a natureza. As sociedades podem ser organizadas, embora os indivíduos tenham liberdade. As máquinas podem ampliar a expressão de criatividade e humanidade, sem oprimir, humilhar ou prejudicar fisicamente as pessoas que trabalham com elas. A produção e o lucro podem combinar-se com o artesanato e a arte. Os seres humanos podem, ao mesmo tempo, fazer parte da natureza e responder por ela enquanto criaturas que, por um lado, são fortemente predeterminadas, mas, por outro, são capazes de exercer sua vontade livre. O desenvolvimento econômico pode centrar-se nas pessoas e na natureza, sem sacrificar a produção.

O obstáculo básico, impedindo o acesso simultâneo aos dois lados desses “opostos”, é a crença profundamente enraizada de que essas duas coisas não são possíveis, de que o problema é o de fazer uma escolha permanente no lugar e de se manter o equilíbrio continuamente, reexaminado e reajustado.

## 1.2 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

### **1.2.1 Ensino, pesquisa e realidade no âmbito escolar**

A educação é, sem dúvida, um dos caminhos necessários à concretização do desenvolvimento dos povos. Inúmeros estudos têm mostrado nações investindo na educação como promotora de desenvolvimento humano, com políticas e não só

objetivando a redução dos elevados índices de analfabetismo, especialmente em países do chamado Terceiro Mundo.

Obviamente que a educação de pessoas deve ser compreendida em uma amplitude maior, não somente pelo prisma econômico, mas como um bem mais abrangente, que venha a promover nas pessoas o que Ávila (2003:p.20) denominou: “*Status quo* de vida - das capacidades, competências e habilidades”.

Segundo Verhelst (1992:p.33), a pedagogia dos oprimidos, do pedagogo brasileiro Paulo Freire, contribuiu para dar às comunidades rurais e urbanas a compreensão das causas da miséria de sua situação sócio-econômica e a determinação de lutar contra elas. A alfabetização “conscientizante” realmente ajudou muitas populações a se livrarem do medo imposto pela repressão violenta dos poderosos, descobrindo que o estado de miséria em que viviam não era uma fatalidade. Esse processo não alfabetizava, apenas, levava as pessoas a aprender a ler, a decodificar sua própria história, escrevendo e criando uma nova história, unicamente pertencente a elas, e não apenas à história feita pelos poderosos.

Dessa forma, pode-se inferir que a educação é promotora de desenvolvimento humano e pode resultar ainda em desenvolvimento econômico, político e social, cuja necessidade pode ser sentida a partir da realidade vivida pelas pessoas, como exemplificou acima o pesquisador Verhelst (1992).

Assim, aprender a partir das vivências locais será, sem dúvida, grande passo no sentido de viabilizar a educação voltada para a compreensão ou escola para a vida, que tanto se proclama hoje em dia.

Os caminhos da educação voltados para a compreensão são, portanto, de ordem qualitativos, podendo ser o viés da pesquisa.

No aporte de Ávila (2000:p.84-5), a pesquisa pode ser conceituada como a

investigação sistemática levada a efeito no mundo real (e não apenas no de idéias), na significação científica do conceito, que sempre se orienta pelas teorias anteriores e se esforça para relacionar com elas, logicamente, todas as novas descobertas, verificando assim a teoria anterior, modificando-a ou mostrando a necessidade de abandoná-la.

Daí, conclui-se que é pela pesquisa que se pode inovar, por meio de pesquisas é possível criar e transformar, chegar a novas conclusões que até então não foram pensadas. Nessa dinâmica, as sociedades e povos se desenvolvem, progridem.

Este estudo se refere à experiência da implementação de iniciativas metodológicas com professores de escolas públicas municipais e estaduais de Porto Murinho, pela qual se pretendeu desenvolver um trabalho, a partir de 2001, visando envolver os professores do ensino fundamental, a fim de interfaciar ensino escolar e desenvolvimento local, com base no enfoque teórico da publicação “Formação Educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos”, de Ávila *et al.* (2000:p.68-9), segundo o qual:

[...] o ‘núcleo conceitual’ do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento -a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seu *status quo* de vida- das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ (portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma -mediante ativa colaboração de agentes externos e internos- possa incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios -ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade-, assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

Esse núcleo conceitual de desenvolvimento local resultou de dois anos de estudo da equipe, cujo coordenador é estudioso da temática há pelo menos trinta anos.

Em países de terceiro mundo, como aqui, nos nossos países latino-americanos e, dentre eles, o Brasil, o desenvolvimento local vem ocorrendo em uma convergência endógena, isto é, desenvolvimento gerado por capacidade de se desenvolver de dentro para fora, em qualquer comunidade-localidade. Segundo Ávila (2003, p. 20), o lastro conquistará desenvoltura para tornar-se sujeito e agente de contínuas melhorias em sua própria qualidade de vida, sem as excessivas amarras da dependência externa; e equilibrar-se, em níveis aceitáveis de relacionamentos bi e multilaterais, nos processos de interações horizontais e verticais com outras comunidades locais, regionais, nacionais e internacionais.

Nesse sentido, a escola, enquanto espaço cultural, poderá estar junto à comunidade, não só prestando serviços em transmissão de conhecimentos, mas também organizando e viabilizando projetos no sentido de potencializar cabedais para a busca constante de soluções aos problemas locais e, assim, contribuir para o desenvolvimento da comunidade que a contextualiza.

Sobre o que foi exposto acima, Ávila (1999, p. 129) teceu o seguinte comentário: “A dinâmica educacional no âmbito de cada município não é [...] uma questão legal mas de pura e simples capacidade e competência endógena local de gestão, em regime cooperativo com a própria comunidade municipal”.

Portanto, o que se deve levar em conta, em relação à questão da dinâmica educacional no âmbito municipal, não são apenas os recursos financeiros alocados para a educação ou se os professores, os funcionários, os móveis, etc. são providos pelos órgãos federal, estadual ou privado, mas, sim, a boa educação a ser oferecida a um quantitativo cada vez maior de indivíduos de todas as comunidades, e quanto mais, melhor!

Sob esta premissa, o relatório independente sobre o Desenvolvimento Humano, produzido para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1999, p.

1) também respeita o capital humano, que não é medido quantitativamente nem qualitativamente, tampouco recebe a atenção que merece. Muitas sociedades, apesar da abundância de capital financeiro, têm sido incapazes de se desenvolverem. Existe uma ausência geral de reconhecimento das pessoas, como sendo um fim em si mesmo do desenvolvimento.

### **1.2.2 Educação escolar e formação de cultura do desenvolvimento**

A primeira consideração importante a se tecer sobre a formação de cultura de Desenvolvimento Local é o da figura dos agentes, os quais constituem, segundo Nóvoa (*apud* ÁVILA, 2000:p.65): “Um dos meios ao dispor das colectividades tanto mais eficazes quanto mais consistente e específica for a sua formação para o desenvolvimento”.

Ávila *et al.* (2000:p. 66) ressaltou que no contexto do Desenvolvimento Local, o verdadeiro agente é aquele que efetivamente age simultaneamente agenciando, é aquele cujo agir envolve intrinsecamente sempre algum tipo de intermediação entre pessoas e pessoas, realidades e realidades, problemas e problemas, oportunidades e oportunidades, potencialidades e condições de dentro e de fora da comunidade, que possam contribuir fundamentalmente no sentido de a comunidade se tornar processualmente agente e agenciadora de seu próprio desenvolvimento.

O papel do agente é de fundamental importância na intermediação comunidade-desenvolvimento, pois, ainda segundo Ávila (2000:p.67), o agente é aquele que trabalha para que a comunidade desabroche capacidades, competências e habilidades de desenvolvimento; e o espaço funcional do agente, não é, senão, o de pedagogo comunitário ou maiêutico indutivo do desenvolvimento local em relação a todo o seu agir na comunidade localizada, a exemplo da metodologia maiêutica que Sócrates aplicava em seus discípulos. Esta é a razão de ser de sua atuação, no todo ou em parte do universo

comunitário local, e será sempre e em última análise a da contínua e permanente formação educacional da comunidade para o desenvolvimento e não a de tomar por si mesmo iniciativas de desenvolvimento que brotem como cogumelos, à sombra e à deriva das peculiaridades, capacidades, competências e habilidades de própria comunidade interessada.

Após os estudos teóricos, ao longo do Programa de Mestrado e mediante disposição e direcionamento do Orientador de Dissertação, em colaborar na iniciativa de levar um Projeto de Desenvolvimento Local para Porto Murтинho (deslocando-se até o município, sensibilizando as autoridades e comunidade Murтинhense para a importância da viabilização do projeto para o município), é que se decidiu por este estudo, que iria deixar sobre a referida experiência de iniciativas metodológicas, na Escola Municipal Nossa Senhora de Caacupé, voltadas para o Desenvolvimento Local, partindo da premissa de que qualquer proposta de mudança deve sempre considerar e privilegiar o projeto humano e social das pessoas fixadas. E a escola é, sem sombra de dúvida, espaço estratégico para se gestar futuras mudanças, envolvendo a formação da cultura de um desenvolvimento pessoal e coletivo sadio e construtivo, ao longo de sucessivas gerações.

## **CAPÍTULO 2**

### **UM OLHAR SOBRE PORTO MURТИNHO**



## 2.1 HISTÓRICO GERAL

A historiografia do município de Porto Murtinho teve início com a descoberta da erva-mate, que, segundo Aquino *et al.* (1986:p.388-9), é uma planta cientificamente conhecida pelo nome *ilex*. A *ilex* explorada no sul de Mato Grosso era Paraguaiense, o que não se achava justo, porque a dita erva era nativa, também, no Estado de Mato Grosso. Daí alguns denominarem a variedade originária da região brasileira de *Ilex Matogrossensis*.

Na época, o Paraguai imaginava que o produto somente pertencia a eles, o que não era verdade, pois, em 1862, o Brasil tornou-se forte concorrente, e as crescentes exportações brasileiras e paraguaias de erva-mate para os mercados platinos contribuíram para uma situação de superabundância de oferta, provocando a queda de preços do produto e afetando a economia dos dois países, especialmente, do Paraguai. Acuado do ponto de vista econômico, após a morte do pai, Solano Lopez, ao assumir o comando do seu país, preparou-se para o ataque militar ao Brasil. O pretexto ocorreu em 1865. No entanto, foram surgindo incidentes, de modo a envolver a Argentina e Uruguai, por meio do Tratado da Tríplice Aliança (AQUINO *et al.*,1983:p.391).

Pela figura 1, pode-se observar os ervateiros trabalhando nos ervais da região, transportando para longa distância os feixes de galhos da erva-mate (o “raído”), após a poda. Além do transporte nos ombros dos peões, a erva também era carregada em lombos de burros. Como descreveu Leon (1999:p.25): “A erva-mate, depois de cortada, era amarrada em feixes de 150 a 200 quilos, cada, e era transportada por longos trechos, nas costas, pelos trabalhadores conhecidos como ‘Cará Ervateiros’, que somavam em torno de quatro mil, das mais variadas raças, costumes e hábitos”.

FOTO 1 - Transporte dos galhos da erva mate pelos ervateiros.



Terminada a guerra da Tríplice Aliança, mais conhecida como Guerra do Paraguai, em 1º de março de 1870, foi constituída a Comissão Mista de Limites Brasil-Paraguai, que ficou encarregada de demarcar a linha divisória entre o Brasil e o Paraguai.

O Coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão, incumbido pela comissão, convidou a Thomaz Laranjeira para secretariá-lo, pois era profundo conhecedor da região e, apesar de ser natural de Santa Catarina, residia em Concepción-Paraguai.

Ao ingressar nessa Comissão, Thomaz Laranjeira sentiu a necessidade de abastecimento de víveres para a equipe proceder a seu trabalho e fez a proposta, ao seu superior, para fornecer esses produtos, tendo sido aceita em razão da seriedade que demonstrava em cumprir os seus compromissos.

Em suas andanças, na busca de produtos alimentícios para atender seu compromisso, Thomaz Laranjeira descobriu, nas bacias dos rios Iguatemi e Amambai, grandes ervais nativos formados de ricas *arboллерas* (ou árvores produtoras de erva-mate). Fazendo estas descobertas, o visionário Thomaz Laranjeira requereu do Governo do Estado de Mato Grosso a permissão para explorar os ervais nativos.

Aquino *et al.* (1986:p.390) afirmou que o início da exploração teria sido em

1878. Naturalmente, com a amizade conseguida em contato com oficiais do Exército Brasileiro e pessoalmente com o Cel. Eneas Galvão, futuro Barão de Maracaju, chefe da comissão demarcadora de limites. Conseguiu a primeira concessão do Imperador D. Pedro II, por meio do decreto n. 8.799, de 9 de dezembro de 1882, para explorar a erva-mate, na área do Potreiro do Julio até a cabeceira de Iguatemi.

Com isto, deu-se início à exploração dos ervais nativos por ele percorridos na demarcação das fronteiras, nessa nova fase de ascensão do capital industrial, abriram-se oportunidades de mercado para a província de Mato Grosso, no tocante aos produtos naturais oriundos da flora e da fauna, assim como aos recursos minerais, gerando dependência do acesso à navegação pelo Rio Paraguai, diante do surgimento do barco a vapor, ativação do setor de exportação, resultando em acumulação e ampliação do mercado interno do Brasil e países platinos (Uruguai e Argentina). No entanto, possibilitou também a dinamização do setor econômico de subsistência desses países, incluindo a criação de gado e a erva-mate (AQUINO *et al.*, 1986: p.228).

Em 1878, o então Comendador Thomaz Laranjeira deu início ao seu empreendimento industrial ervateiro, postulando concessão para “industrializar o produto dentro da lei”, já que as terras da Bacia eram devolutas. Aquino *et al.* (1986:p.340) referiu que a empresa, além de deter a concessão de grandes extensões de terras, também havia construído e controlava estradas, pontes, portos, rede telefônica, ou seja, as vias de transporte e comunicação. A sua poderosa estrutura econômica e militar esteve a serviço da máquina eleitoral, garantindo a vitória dos coronéis aliados.

Pela excelente qualidade do produto que explorava e industrializava, recebeu medalha de ouro, seu produto ganhou vulto e representatividade na economia mato-grossense.

Ainda segundo Aquino *et al* (1999:p.239), o comércio institucionalizado da erva da “Mate-Laranjeira”, até 1909, dava-se por Porto Murтинho, de propriedade da empresa monopolista, ao mesmo tempo entrando por ele, algumas mercadorias destinadas ao consumo da população. Nesse caso, tratava-se de um circuito comercial muito reservado ao atendimento da grande companhia ervateira.

FOTO 2 - Fábrica de Erva Mate.



Em 1902, foi organizada a firma Laranjeira, Mendes & Cia., com sede em Buenos Aires, que comprou todos os bens da Companhia Mate Laranjeira, ficando, porém, encarregada dos mesmos serviços a ela concernentes. Explorou aqueles ervais e, embora não tenha ela tido, por causas extraordinárias, a mesma prosperidade da sua antecessora, todavia, procurou não só cumprir rigorosamente o contrato com o Estado de Mato Grosso, como também impulsionou sensivelmente a indústria de mate naquele estado.

O empreendimento dando certo e a crescente comercialização despertaram o interesse dos irmãos Murтинho, Joaquim, Francisco e Manoel José, família de Mato Grosso que gozava de muito prestígio político e econômico, que propuseram sociedade a Thomaz

Laranjeiras. Em 1883, nasceu a sociedade Cia. Mate Laranjeira. O capital argentino também tomou conta do grande empreendimento ervateiro. Em 1917, a empresa já estava sob o controle da empresa Argentina de comercialização, sendo transformada em sociedade anônima Argentina, com o nome de “Empresa Mate-Laranjeira”, proprietária de todos os bens existentes na Argentina, Paraguai e Brasil.

Desse modo, a empresa Francisco Mendes & Companhia passou a controlar a comercialização, a extração e transporte da erva, transferindo sua administração geral das áreas de exploração, do Paraguai, para a fazenda Santo Tomaz, no Brasil. O afastamento das áreas de exploração de Porto Murtinho implicou em alteração de infra-estrutura de exportação. Daí, até e durante a década de 1920, ocorreu o auge produtivo da erva-mate, resultando em um forte poderio econômico e político da empresa argentina no Mato Grosso (AQUINO *et al.*, 1999:p.211).

Não havia nenhum porto fluvial em Mato Grosso. A produção da Erva Mate era, então, enviada para a cidade de Concepción, no Paraguai, percorrendo 360 quilômetros em carros de boi, para ser embarcada em navio com destino à Argentina e ao Uruguai.

Para Aquino *et al.* (1999:p.485), esta característica explica a facilidade de contatos fluviais que esse território tem não só com todos os estados brasileiros (Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás), como com os países que participavam da Bacia Platina, ou seja, a Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

O domínio de capital Argentino sobre a erva mate no Brasil preocupou o Governo Brasileiro, que montou estratégia para demonstrar que o Estado de Mato Grosso era vulnerável. Ao governo brasileiro, a maior preocupação, com relação ao poderio da empresa sob controle argentino, passou a ser o político-territorial, por se tratar de área

fronteiriça, emergindo os primeiros conflitos com o governo de Cuiabá, na gestão de Pedro Celestino Correa da Costa, representante do Partido Republicano de Cuiabá. Em 1914, por meio do Exército, promoveu-se a transferência, de Aquidauana para Campo Grande, por questão estratégico-militar, do 5º Regimento de Artilharia Montada (AQUINO *et al.*, 1999: p.485).

Em razão das dificuldades devido à distância da cidade de Concepción, no Paraguai, a Cia. Mate Laranjeira decidiu transferir, em 1892, a sede da Empresa para a Localidade de Porto Murinho, em face da estratégica localização à margem do Rio Paraguai. A empresa adquiriu a Fazenda Três Barras, dos sucessores de Hugo Heyn e Anselma Heyn, cuja propriedade já tinha como atividade a exportação de gado para o Paraguai, levando a Empresa a decidir pelo investimento na construção de um porto para embarque da Erva Mate.

Em 1892, Antônio Corrêa, Superintendente Regional do Banco Rio e Mato Grosso, estabeleceu, na Fazenda Três Barras, um porto para o embarque da indústria de erva-mate com destino ao sul do país. Nascia, então, o povoado de Porto Murinho, em uma homenagem ao Dr. Joaquim Murinho, então Presidente do Banco Rio e Mato Grosso, situada à margem esquerda do Rio Paraguai, cerca de 50 km a montante do Rio Apa. Foi elevado a distrito pela Resolução n. 225, de 10 de abril de 1900, e o município foi criado pela Lei n. 560, de 20 de setembro de 1911. Comemora-se, portanto, o dia 13 de junho de 1912 como data de instalação do município.

A instalação do Porto começou a despertar muito interesse em investidores brasileiros e estrangeiros, que vieram a se estabelecer na região, favorecendo muito o crescimento populacional, dando início aos investimentos em infra-estrutura na localidade. Com o desenvolvimento que ali imperava, outras empresas como Café Real e a Salgadeira ali se instalaram. A Salgadeira exportava charque para o Uruguai.

Em 1932, com o fomento do nacionalismo do Governo de Getúlio Vargas e conseqüentes perseguições políticas à Cia. Mate Laranjeira, esta foi intimada a liquidar seus negócios na região. A liquidação da Empresa e o encerramento de suas atividades prejudicaram o grupo desenvolvimentista de Porto Murinho.

Em 1934, descobriu-se a madeira Quebracho e novo surto econômico foi implementado na localidade, com a instalação da Empresa Florestal Brasileira S.A., que extraía o Tanino desta madeira, matéria-prima muito solicitada na Europa para curtir couro. Esta empresa abriu amplo campo de trabalho, proporcionando emprego para mais ou menos 2.000 (duas mil) pessoas, e a cidade voltou a crescer.

Em 1937, instalou-se outra indústria no Município de Porto Murinho, também explorando o potencial da madeira Quebracho, denominada Quebracho Brasil S.A., que oferecia emprego para mais 800 (oitocentas) pessoas, fortalecendo ainda mais a economia local e proporcionando novo salto de crescimento.

Mas, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o Município foi anexado ao território de Ponta Porã e passou a ser considerada área de Segurança Nacional. E como os Empresários que investiram em Porto Murinho eram, em sua maioria, estrangeiros (os investidores em produção de tanino eram alemães), com a Guerra (e seus motivos), tiveram que se ausentar do país e, novamente, o município entrou em decadência. Mais tarde, em 1975, também a Florestal Brasileira S.A. fechou as portas e vendeu todas as suas propriedades.

Em suma, a origem de Porto Murinho remonta à instalação da Companhia Mate Laranjeira, que se estabeleceu na localidade, com o intuito econômico de explorar os ervais nativos da região.

## 2.2 CARACTERÍSTICAS GEOFÍSICAS





pois, ao invés dos três vapores que fazem a linha, irão futuramente ser dois”. O povo murtinhense não fica privado do extremamente necessário e recluso, conforme este autor afirma.

Por via terrestre, a situação não é muito diferente. Segundo Silva (2003:p.152), só com muita dificuldade comunica-se Murtinho com os centros do Brasil. Situado em terras alagadiças, grande parte do município fica inteiramente coberta de água na estação das chuvas. As suas estradas carroçáveis, feitas pelos próprios carreteiros e pelos seus bois, desaparecem por completo, naquela estação. Acresce que os rios impedem a passagem durante meses inteiros, pois sobre eles não há pontes.

Quanto às dificuldades de comunicação, o autor acima se referiu ao telégrafo Nacional da seguinte maneira: “Nem com este meio de comunicação pode o povo murtinhense contar. Muitas vezes ele falha por completo, sobretudo no tempo das águas, sendo necessário recorrer ao telégrafo paraguaio, por meio da estação de Bela Vista”.

Os serviços de telefonia também eram precários até 2002. Nesse aspecto, Silva (2003:p.152) observou, referindo-se à história de Porto Murtinho, que parece que a única medida aconselhável, para dar àquele povo um meio de comunicação rápida, já que se tem evidenciado quase impossível a conservação da linha telegráfica, ultimamente, em más condições, seria a instalação de uma estação radiotelegráfica, benefício que já se fez a Murtinho, em tempos passados.

As principais atividades econômicas de Porto Murtinho são o comércio e a pecuária, tendo o nono rebanho bovino do Estado; terceiro rebanho ovino; e sendo o sétimo produtor de lã e o décimo primeiro rebanho eqüino.

Porto Murtinho pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai e Sub-bacia do Complexo do Pantanal. Seus principais cursos d’água são os rios: Perdido, Apa, Paraguai,

Nabileque, Naitaca, Aquidabã, Branco, Tereré e Amonguijá. No período da cheia, de novembro a março, o nível das águas sobe, alagando grandes áreas; nessa época, os rebanhos são retirados para áreas mais altas. No período de seca, de abril a outubro, o nível das águas volta ao normal e os rebanhos aos seus lugares de origem.

Apesar de possuir algumas terras agricultáveis, o município de Porto Murtinho não é auto-suficiente na produção de cereais, importando a maior parte dos gêneros alimentícios necessários à sua população.

Voltando à fase histórica anterior à II Guerra, com a empresa que explorava o tanino de quebracho, a Florestal Brasileira S.A., em 1937, fez alguns melhoramentos ao povo murtinhense, sobretudo, na construção, em seu sítio, de um hotel do tipo cassino, trinta casas dotadas de conforto, para os operários, e usina de energia. Foram projetados e construídos, também, prédios para escolas e outras obras de urgência social.

A cidade possui alguns edifícios históricos importantes, dos quais destacam: o da antiga Prefeitura, o da Mesa de Rendas Federal e do Quartel da 19ª Companhia do Batalhão de Fronteira.

Nessa breve trajetória histórica, pode-se constatar que, no passado, a maior obreira de Porto Murtinho foi, inegavelmente, a Empresa Mate Laranjeira. Mais de um século depois, o estado revê os vários pontos favoráveis à revitalização do porto de Porto Murtinho, pela sua grande importância no cenário do sistema estadual de transporte. Definiu-se, portanto, o local como base para a implantação de um moderno terminal hidroviário, resgatando o status do município como referência nacional e sul americano de comércio e de transportes.

Fábio dos Santos, um dos diretores do porto, informou, em conversa informal com o pesquisador, que o terminal está equipado para oferecer uma capacidade de transporte de

400 toneladas hora de grão, com projeção para movimentar, no primeiro ano de operação plena, de 400.000 a 800.000 toneladas por ano, a partir da sua primeira década de atividade.

Estas instalações entraram em operação em caráter experimental em junho de 2002 e movimentará já, nesse ano, cerca de 50.000 toneladas de açúcar, soja e milho. O porto fatalmente estimulará as atividades agrícolas da região sudoeste do estado, além de contribuir para o escoamento dos grãos produzidos no pólo de Dourados. No entanto, estes dados remetem a um estudo mais aprofundado futuramente.

No presente, seria justo que não faltassem a Porto Murtinho e sua gente os meios necessários para que agentes históricos e locais desenvolvessem o município para se tornarem auto-sustentáveis, em termos de iniciativas e recursos, e se inserir no cenário das localidades brasileiras, possíveis de serem expostas às dos turistas estrangeiros.

### 2.3 POPULAÇÕES E RESPECTIVAS CULTURAS

A tabela 1 apresenta as populações (urbana e rural) do município de Porto Murtinho, permitindo que se compare o aumento ou a redução de seu contingente populacional no campo e na área urbana, entre 1996 e 2001.

TABELA 1 - População de Porto Murtinho-MS.

<b>População</b>	<b>1996</b>	<b>2001</b>
Urbana	5.378	8.339
Rural	5.710	4.977
Total	11.088	13.316

Fonte: IBGE, Censo 1996 e 2001.

Pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2001), observa-se que houve o aumento de 20% da população, observando que este aumento não se refere à população rural, a população urbana teve aumento de 55,05%, mas a rural sofreu diminuição populacional na ordem de 12,84%. Isso mostra que as pessoas estão saindo do campo, apesar de a área do Município ser extensa (17.782.90 km<sup>2</sup>), ou seja, a população da área rural era de 51,49% em relação a urbana, em 1996, mas retrocedeu para 37,38%, em 2001.

Ao contrário, a urbana, que era de 48,50%, em 1996, passou para 62,62%, em 2001, representando aumento significativo da mesma.

Quanto à estatística de migração, a população de Porto Murtinho assim está distribuída: 68% dos habitantes são naturais do município e 32% são imigrantes.

No que respeita à configuração étnica da população, as origens dos Portomurtinhenses são as seguintes: indígenas, brasileiros e paraguaios. Por isso, Léon (1999, p. 72) definiu a cultura da região como: “bi-nacional”, por agregar, além dos indígenas, brasileiros e paraguaios.

Dentre os indígenas da região, há os Kadiwéu e Terena, no Brasil, e os Ayoréo, no Paraguai. Os Kadiwéu são conhecidos como “índios cavaleiros”, por sua destreza na montaria; guerreiros, lutaram pelo Brasil na Guerra do Paraguai, razão pela qual, como contam, tiveram suas terras reconhecidas (INTERNET, 2003).

MAPA 2 - Divisão político-administrativa de Mato Grosso do Sul.



Fonte: PORTO MURTINHO, Nossa Terra, Nossa Gente, Nossa História, p. 56.

Os Kadiwéu pertencem à família lingüística da etnia Guaikurú, na qual se incluem outros povos do Chaco paraguaio e argentino: são os Kadiwéu mais setentrionais. Dessa etnia, são os únicos localizados a leste do Rio Paraguai, no Brasil (INTERNET, 2003).

Essas etnias vivem, atualmente, em terras incidentes no Pantanal mato-grossense, situadas no município de Porto Murtinho, demarcadas por limites naturais: a oeste, Rios Paraguai e Nabileque; a leste, a Serra da Bodoquena; ao norte, Rio Neutaka; e ao sul, Rio Aquidavão (INTERNET, 2003).

A população indígena se divide em quatro aldeias: Aldeia Bodoquena, Aldeia Campina, Aldeia Tamázia e Aldeia São João, esta última habitada, principalmente, pelos Terena e remanescentes de Kini Kináo.

Nas artes, a maior expressão da nação Kadiwéu é dotada de hábeis e minuciosos desenhistas, em cerâmicas. Os traçados são obtidos da mistura de suco de jenipapo com pó de carvão, aplicada com uma lasca fina de madeira ou taquara. As mulheres produzem, ainda, belas peças de cerâmica, como vasos de diversos tamanhos e formatos, assim como animais e enfeites de paredes, e outros.

Os Terena pertencem ao sub-grupo Guaná, da família lingüística Aruak. Habitavam originalmente o chaco paraguaio e boliviano. Por sua fama de guerreiros, estes dominavam diversas nações indígenas do chaco. Hoje, no entanto, os Terena representam uma população de aproximadamente 20 mil índios, com a maior parcela, cerca de 9 mil, vivendo em pequenas reservas de terras sul-mato-grossenses e outros contingentes desaldeados, vivendo em cidades vizinhas. Alguns grupos, na época colonial, fixaram-se no Estado de São Paulo e foram considerados os índios que mais contribuíram com o desenvolvimento do sudoeste brasileiro.

A partir do século XVIII, junto com os Guaikúru, várias tribos chaquenhas, do Grupo Guaná, entraram em território sul-mato-grossense, entre eles, os Terena, agricultores e excelentes ceramistas. Localizavam, em sua maioria, na Bacia do Rio Miranda, afluente do Rio Paraguai. Possuíam tradição guerreira, embora mais dispostos a

estabelecer contatos políticos.

Segundo relatos de cronistas espanhóis e portugueses, em contato com os Guaná, no século XVI, foi constatada a presença, entre eles, de cativos presos de guerra, que não eram tratados como escravos. Isso nos leva a compreender um evento chave na história do grupo Terena: a associação simbólica com os Mbayá-Guaikuru (atual Kadiwéu) e a guerra entre Brasil-Paraguai, no século XIX. Assim, as relações existentes eram claramente de aliança entre os Mbaya e os Guaná.

Com a eclosão da guerra entre Brasil e Paraguai, em 1865, a situação foi alterada. Envolvidos pela violência, os índios não resistiram e se dispersaram, buscando refúgio na Serra de Maracaju, atrás das linhas brasileiras. Com o fim do conflito, o então império brasileiro iniciou a fixação do homem nacional nas terras conquistadas, beneficiando ex-militares. E, nesse novo quadro fundiário, os Terena e demais sub-grupos indígenas não tiveram seus direitos à terra reconhecida. Sem áreas para cultivar, passaram a servir de mão-de-obra nas fazendas. Após a guerra, várias aldeias desapareceram, outras foram incorporadas a outras comunidades indígenas melhor estabilizadas. A população Terena, embora sem a maior parte do seu território, estendeu-se, por isso mesmo, a uma larga área e passou a ocupar vários nichos que se apresentavam viáveis. Alguns desses nichos, por volta de 1905 a 1920, foram transformados, pelo antigo serviço de proteção ao índio, em reservas indígenas.

Na atualidade, tem ocorrido, na Tribo Terena, um aumento demográfico devido à aculturação. Sua maior tradição é a dança do bate-pau, utilizada antigamente para estimular os guerreiros à guerra e comemorar suas vitórias em batalhas, é apresentada como forma de preservação das tradições. O artesanato Terena caracteriza-se pela simplicidade, porém, é muito bonita e interessante (INTERNET, 2003).

Outra nação, que faz parte da formação populacional de Porto Murtinho, dos índios paraguaios Ayoréo, que vivem na margem do Rio Paraguai, na fronteira com o Brasil, distante 5 km de Porto Murtinho. Atualmente, a comunidade de 600 índios Ayoréo está sendo penalizada pela fome que ronda a aldeia. O governo paraguaio nada tem feito no sentido de sanar o problema. O município de Porto Murtinho e algumas ONGs têm ajudado por meio de ações como arrecadação de alimentos para aquelas populações.

Como se viu, a formação populacional do município de Porto Murtinho tem presente nas suas raízes a contribuição cultural das nações: Kadiwéu, Terena e também dos indígenas paraguaios Ayoréo, além da contribuição dos próprios paraguaios que migraram para a cidade. Assim, todos esses povos indígenas e paraguaios estão muito presentes nas manifestações culturais do povo murtinhense, e a escola é, sem dúvida, o espaço que pode resgatar essas culturas, despertando nos educandos valores como respeito às diferentes culturas e riquezas, que podem ser produzidas em face dessa miscigenação de povos diferentes.

Outro aspecto importante, na cultura da população de Porto Murtinho, é a religiosidade, cuja maior devoção é expressa pelos fiéis a Nossa Senhora de Caacupé<sup>2</sup>, que, em português, significa “detrás dos montes” (INTERNET, 2003).

#### 2.4 SITUAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO

---

<sup>2</sup> Segundo a lenda, no final do século XVI, no Paraguai, um índio convertido, escultor por ofício, andava pelas matas a procura de barro para suas esculturas, quando alguns integrantes da aldeia inimiga do índio, os mbayá-guaikuru (atuais Kadiwéu) o perseguiram com o objetivo de matá-lo. Vendo-se em grande perigo, subiu em uma árvore e prometeu à Santíssima Virgem que se o salvasse daquele perigo, talharia a imagem da virgem, da árvore em que ele tinha subido. Quando se viu livre da ameaça, começou a construir uma imagem com um pedaço daquele tronco que o havia acolhido. No ano de 1603, o lago Tapaicúá transbordou e inundou todo o vale de Pirayú, arrastando tudo que estava em sua volta, inclusive a imagem de Nossa Senhora. Quando as águas baixaram, milagrosamente apareceu a imagem que o índio esculpira. A partir daí, os fiéis começaram então a difundir sua devoção e a invocá-la com o nome de “virgem dos milagres”. Um devoto chamado José, carpinteiro, construiu uma modesta Ermínia e nela começou a ser cultuada a virgem de Caacupé (INTERNET, 2003).



Segundo dados do SEFOP (1998), o município de Porto Murtinho possui um total de nove escolas, sendo quatro na área rural, e uma delas, na área rural, é de ensino fundamental e funciona como escola-pólo para as outras que se situam nas fazendas.

A escola, objeto de estudo deste trabalho, é a Escola Municipal Nossa Senhora de Caacupé, situada no Bairro Caacupé, na cidade de Porto Murtinho. A história do bairro remonta aos anos entre 1979 a 1982, quando o município de Porto Murtinho sofreu duas grandes enchentes. Como a cidade ficou submersa cinco meses, a comunidade de Porto Murtinho solicitou ajuda ao Governo Estadual, que, por sua vez, pediu providências ao Governo Federal.

O Ministro do Interior da época esteve no município e sugeriu a mudança da cidade para 9 km de onde se encontra hoje. Porém, a população não aceitou e solicitou dele providências que resultaram na obra de construção de um dique, o qual protege a cidade. Após a conclusão do dique, as populações vizinhas a Porto Murtinho, da Ilha Margarita e da Colônia Carmelo Peralta (ambas do país vizinho, Paraguai), sofriam todo ano com a enchente do Rio Paraguai e se abrigavam em Porto Murtinho, pois com o dique, a cidade já não tinha mais as cheias do Rio Paraguai, como anteriormente e cedia um local para essas comunidades montarem seus acampamentos. Com o passar do tempo, essas populações passaram a ficar na cidade, formando o Bairro Caacupé, assim denominado devido à devoção que a população paraguaia tinha por Nossa Senhora de Caacupé (INTERNET, 2003).

As escolas de Porto Murtinho oferecem Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Não há, no município, Instituição de Ensino Superior, o que, sem dúvida, é um entrave aos estudantes do Ensino Médio que, ao concluírem seus estudos, ao pretenderem ingressar na Universidade, devem fazê-lo em outras cidades ou

estados, e com grandes dificuldades.

## **CAPÍTULO 3**

### **IMPLEMENTAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL ENDÓGENO EM PORTO MUTINHO**

#### **3.1 HISTÓRICO DA FASE INICIAL DO PROCESSO**

Este projeto de pesquisa iniciou-se quando o pesquisador, também cidadão murtinhense, sempre preocupado com o desenvolvimento de sua comunidade-localidade, ao sair de sua terra natal, procurou a Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, com o intuito de cursar o Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, já oferecido, na ocasião, por esta Instituição de ensino.

Chamou-lhe a atenção, inicialmente, o título Desenvolvimento Local, pois o mesmo já vinha buscando algo no sentido de impulsionar o seu município, Porto Murtinho, que vinha há algum tempo passando por preocupante processo de estagnação. O Município em questão tem na pecuária a sua principal atividade, que ocupa grandes áreas, mas gerando poucos empregos, seguida pelo turismo de pesca, que empregava considerável número de pessoas, direto e indiretamente, até a regulamentação das quantidades e medidas dos peixes que poderiam ser pescados. O turismo em Porto Murtinho já esteve no auge e hoje apresenta sinais de decadência, em virtude de os estoques pesqueiros nesta

localidade se encontram limitados e da adoção de leis de redução de pescada, fomentada pelo Governo do Estado, com o intuito de minimizar a pesca predatória, mas deixando automaticamente várias pessoas à mercê do desemprego.

Em conversa com o executivo municipal murtinhense recém-eleito, este pesquisador apresentou a importância da implementação de um projeto de desenvolvimento local para a comunidade-localidade de Porto Murtinho, já que ele estava iniciando o seu mandato 2001-2004. Explicou-lhe, ainda, que o desenvolvimento endógeno é, certamente, uma das maneiras mais inteligentes, e quem sabe a única, que pode de fato interessar e de que se dispõe na atualidade para promover e alcançar o Desenvolvimento Local.

Esta explanação teve boa receptividade por parte do executivo municipal. Logo que o pesquisador voltou à capital procurou a Coordenação do Curso, Professora Doutora Cleonice Alexandre Le Bourlegat, e perguntou-lhe se havia interesse, por parte da Universidade Católica Dom Bosco, em implementar um projeto de Desenvolvimento Local, mostrando-se muito interessada.

O pesquisador, expondo o projeto ao seu Orientador, implementou-o, havendo receptividade pelas partes contatadas, houve a intermediação entre o Prefeito Municipal e seu Secretário de Governo, para uma reunião na Universidade Católica Dom Bosco, ocorrida em meados de novembro de 2000, mediante a execução deste projeto. O Prefeito já estava eleito, mas ainda não havia assumido o cargo, pois o seu mandato somente iniciaria em janeiro de 2001. A reunião transcorreu normalmente, tendo o Prefeito eleito exposto sua intenção sobre a possibilidade de a Universidade cooperar com o poder público local, em regime de parceria e apoio técnico científico, já a partir do início da sua gestão à frente do executivo municipal, no sentido de projetar, implantar e implementar um

processo que realmente visasse a endogeneização do desenvolvimento no seio de todas as comunidades-localidades situadas no território municipal.

Questionado sobre a “cultura desenvolvimentista eleitoreira”, aquela que visa resultados imediatistas de impacto sobre a população para efeito das próximas eleições, o prefeito se posicionou contundentemente enfático e claro, no sentido de que sua busca de apoio estava ocorrendo junto à UCDB, e não em qualquer outro órgão ou entidade de assistência técnica municipal, testemunhando a sua vontade e disposição de se dedicar ao desafio de trabalhar, com toda a sua equipe, pela dinamização do processo, em todo o município, para capitalizar o desenvolvimento por meio da população em interação com seu meio-ambiente. Neste sentido, criaram condições de justo e harmônico equilíbrio entre as dimensões social e econômica, para o progresso humano e ambiental, em termos, inclusive, de médio e de longo prazos.

Em face dessa intenção por parte do prefeito, com seus auxiliares presentes, foi sumariada a concepção de Desenvolvimento Local contida nos artigos e livro supracitados (assim como, foi entregue um exemplar de cada artigo), ficando acertado um novo encontro de trabalho em Porto Murтинho, com o prefeito e toda a sua equipe de auxiliares, representantes do Legislativo e outras lideranças comunitárias para debate e definições teóricas, técnicas e administrativas mais amplas e aprofundadas sobre a questão.

Esse encontro foi realizado nos dias 10 e 11 de março de 2001, daí decorrendo: enfática explicitação da significação conceitual de Desenvolvimento Local; discussão e esclarecimento de dúvidas a respeito dessa significação; decisão coletiva e unânime, no horizonte dos participantes, de que essa idéia passava a constituir o referencial teórico para o desenvolvimento comunitário-local do Município de Porto Murтинho; declaração pública do prefeito, no âmbito do encontro, de que o Poder Executivo (incluídos secretários, chefes

de departamentos, coordenadores de áreas e outros servidores municipais), assumia a dinâmica administrativo-gerencial de todo o processo, buscando a ação conjunta com o Legislativo e com as lideranças sociais, étnicas, religiosas e empresariais ativas no município; e a UCDB (representada pela Coordenadora do Programa de Desenvolvimento Local e pelo professor do Programa que trabalhou na sistematização da supra aludida conceituação), que se declarou interessada e disposta a participar da programação e concretização dessa inovadora experiência de Desenvolvimento Local em Porto Murtinho, sobretudo, subsidiando-a técnica, científica e operacionalmente.

Tinha-se por certo que havia, à época, todas as condições básicas para que o Executivo municipal de Porto Murtinho e a Direção da Universidade Católica Dom Bosco formalizassem essa parceria por meio da documentação, o que infelizmente não veio a ocorrer depois.

Em verdade, antes mesmo dessa formalização, que evidentemente se fazia necessária a partir de então, alguns referenciais operacionais foram colocados na reunião do dia 10/03/2001, a fim de que os primeiros passos, rumo à mobilização e organização comunitário-local, começassem a ser planejados e concretizados pelo Grupo Central de Administração-Gestão do Processo, indicando que, naquele exato momento, já “fora dada a largada” ao início da implementação do mesmo.

Após o encontro do dia 10 de março de 2001, a Coordenação do Curso de Mestrado, com o Orientador desta pesquisa, prepararam uma Minuta do Plano Básico (2001-2004) de Implementação do Desenvolvimento Local no Município de Porto Murtinho-MS, que foi entregue ao executivo municipal, à Secretária Municipal de Educação e aos professores presentes em reunião com este pesquisador.

A minuta, como consta, esboçava vários processos de implementação de

políticas públicas concernentes à coordenação geral, educação, saúde, infra-estrutura, cultura, esporte, turismo, comunicação, promoção social.

Em nível já de implementação no município, o primeiro encontro ocorreu nos dias 10 e 11/05/2001, na Câmara Municipal, com as presenças do Prefeito Municipal, da primeira dama do Município, de Vereadores, de Secretários Municipais e das lideranças comunitárias, tendo sido lançada a idéia e dada a abertura dos trabalhos com as falas do Secretário Municipal de Governo, Fábio dos Santos, discorrendo sobre a necessidade de implantar um projeto de desenvolvimento para a comunidade-localidade de Porto Murtinho, pedindo apoio de todos os presentes para que este projeto pudesse ser desenvolvido com a participação de todos.

Após, foi dada a palavra ao senhor Prefeito Municipal, Abel Proença, que agradeceu a este pesquisador pela iniciativa e disse que daria todo apoio para que o projeto tivesse sucesso, pois Porto Murtinho necessitava de um projeto desta relevância.

Na Sequência do trabalho, foi dada a palavra à Coordenadora do Curso de Mestrado da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, professora Doutora Cleonice Alexandre Le Bourlegat, que discorreu sobre o projeto e a necessidade de implantar um projeto que viesse ao encontro das necessidades da comunidade local, a seguir, passou-se a palavra ao Professor Doutor Vicente Fideles de Ávila, que apresentou, em breves palavras: o que é Desenvolvimento Local; a metodologia do Desenvolvimento Local; como se pretendia desenvolver este projeto em Porto Murtinho; e o como a comunidade lá representada devia mobilizar-se, diagnosticar e definir, enfim, por onde começar, pois se tratava de um processo participativo e não apenas 'palpitativo'.

Em seguida, foi dada a palavra a este pesquisador que agradeceu a presença de todos e o apoio dado pelo Prefeito municipal, que encaminhou os trabalhos para o dia

seguinte, para discutir a metodologia do Desenvolvimento Local e convidou que todos participassem.

No dia 11 de março de 2001, pela manhã, o trabalho se iniciou pela explicação, com maior profundidade, sobre que é Desenvolvimento Local e sua contextualização histórica. Foram distribuídos livros para que o grupo de trabalho aí reunido pesquisasse e, se tivessem dúvidas, mantivessem contato com a equipe da UCDB. Entretanto, todos foram alertados no sentido de que não esperassem os especialistas de fora para o desenvolvimento de criativas iniciativas, que eles mesmos podiam tomar ou pelo menos iniciar, como no caso do uso da musicalidade da população porto-murtinhense, inclusive crianças, como recurso metodológico riquíssimo e capaz de revolucionar o ensino-aprendizagem de todos os conteúdos escolares, assim como os referentes à conscientização, formação e exercitação da cidadania em termos individuais e coletivos.

Foram comunicados que sempre que julgassem convenientes, chamassem os especialistas, mas só sendo conveniente chamá-los quando os agentes locais tivessem, pelo menos, a idéia geral a respeito dos porquês e para quê chamá-los. Do contrário, ou estes não os entenderiam ou eles tenderiam normalmente a orientá-los mais sobre o que eles sabiam do que a respeito do que estes esperavam deles, tendo em vista que tal desencontro mina, sem dúvida alguma, a auto-estima local, como também frustra a realização profissional dos próprios especialistas: “afinal, como prestar assistência especializada a quem sequer tem noção sobre o que se quer com tal assistência?”, questionou o Professor Vicente Fideles de Ávila.

As reuniões de 10 e 11/05/2001 se limitaram às apresentações e discussões concernentes aos conceitos básicos no âmbito de todo o município, visando ao desenvolvimento comunitário-local, no que respeita a educação, saúde, infra-estrutura,



cultura, esporte, turismo, comércio, indústria, agricultura, pecuária, meio-ambiente, e outros.

Ainda no final da última reunião (dia 11/05/2001), ficou decidido que até o dia 26/05/2001, o grupo encarregado da coordenação local do processo, chefiado pelo Secretário Municipal de Governo, formularia o cronograma de eventos referentes à fase de sensibilização, mobilização e organização de toda comunidade municipal, para efeito de compreensão aprofundada e debatida do que significa Desenvolvimento Local de cunho endógeno e de formação de comitês setoriais de diagnose e implementação de soluções de problemas localizados (nos respectivos bairros, por exemplo), não apenas representando a correspondente população, mas, sobretudo, envolvendo-a nos processos de diagnose e de priorização, decisão, programação e ação das soluções pretendidas, sob a coordenação geral e o apoio logístico da Prefeitura Municipal.

Com base nesse calendário, firmar-se-ia convênio de cooperação ou parceria entre Prefeitura e UCDB, visto que a UCDB continuaria a participar, sobretudo, no que respeitasse à orientação teórico-metodológica de implementação do processo, bem como envolvendo professores e técnicos especializados da Universidade, na ativação da próxima fase do mesmo, a do desencadeamento de projetos em domínios específicos, resultantes da atuação conjunta de comitês setorializados+respectivas comunidades+Prefeitura Municipal, agindo interdisciplinarmente, como, por exemplo, educação + Secretaria de Educação, de Saúde, de Transporte, de Infra-Estrutura, de Governo, etc., em regime de partilha articulada e interativa, portanto, não cada uma isoladamente. No entanto, nada disso aconteceu, sequer o cronograma de eventos foi realizado. Por quê? Tais razões são aventadas a seguir, na seção 3.2.

### 3.2 RAZÕES DO INSUCESSO DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

A primeira razão apontada para a experiência de implantação de Desenvolvimento Local não ter sucesso encontra-se na própria cultura política marcada anos após anos pela disputa de poder, por meio da alternância de grupos políticos, que, apesar da presença da Universidade, compreenderam que esse trabalho seria mais uma prática que os detentores do poder poderiam fazê-lo acontecer a seu bel prazer. No entanto, após a apresentação da iniciativa de Desenvolvimento Local, em face da mobilização comunitária, objetivando diagnosticar as possíveis potencialidades e necessidades locais, os governantes locais atentaram que a comunidade, com a implantação do projeto, estaria mais consciente e menos suscetível ao jogo eleitoral em época de eleição.

Diante desta constatação, o poder político local optou pelo esfacelamento da população, e as iniciativas de grupos foram transformadas em iniciativas individualizadas.

Nesse sentido, é possível considerar alguns entraves ao projeto pioneiro e quanto à sua implantação, pela comunidade estar acostumada com uma centralização administrativa paternalista, na figura do governante local, que é sempre quem decide e toma as decisões e que este se sujeita para manter-se no poder.

Outro entrave refere-se ao próprio comodismo que impera na localidade que, desacreditada por anseios não atendidos, especialmente, por parte do poder público, a comunidade fica à espera que alguém faça algo por ela e, assim, não assume a sua potencialidade, ficando sempre esperando uma iniciativa intervencionista exógena e não endógena, como a que foi proposta.

Na prática, o que se efetiva em milhares de prefeituras brasileiras é a

centralização administrativa ao longo dos anos e, na atualidade, essa cultura impera em outros tantos municípios, no Brasil. Por esta tipologia de gestão centralizadora, a Prefeitura Municipal é a dona do negócio da comunidade, esta última é compensada por políticas públicas de orientação paternalista e assistencialista. E quanto a esta orientação, a comunidade acaba aceitando-a facilmente, acostumando-se a ela, não questionando muito, devido ao receio de perder o que lhe é “dado” (grifo nosso), gerando em si uma incompetência nas ações de iniciativas locais.

A centralização política de poder, além de tornar as decisões mais burocráticas, demonstra que o governante tem competência questionável de governo. Uma gestão nesses moldes não projeta o futuro e o único que procurou fazer, com o plano básico 2001-2004, foi esfacelado pelo próprio poder público, por desconhecer o verdadeiro sentido da dimensão desta metodologia.

Partindo-se da lógica de que todo desenvolvimento processa por meio de mudanças e como toda mudança, em uma gestão administrativa centralizada, é uma questão política, imagina-se não reproduzir uma política intervencionista, verticalista e centralizadora, pois é um tipo de atuação que extermina o capital social e impede que pessoas e comunidades valorizem e desenvolvam os seus próprios locais, buscando e encontrando as próprias soluções aos seus problemas e afirmando a sua identidade cultural local.

Como última razão pela experiência de tentativa de implantar o Projeto de Desenvolvimento Local, em Porto Murinho, houve a interferência do Governo Federal na implantação do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS no município, pois, transcorridos alguns dias após a apresentação da metodologia do Desenvolvimento Local, pela equipe da UCDB, o SEBRAE também fez o mesmo, apresentando o DLIS. A

apresentação das duas metodologias, quase no mesmo período, acabou gerando uma enorme confusão na comunidade de Porto Murtinho, pois imaginavam os murtinhenses que o DLIS e o Desenvolvimento Local Endógeno tratava-se da mesma coisa, o que não era uma verdade.

O DLIS consiste em uma estratégia de indução ao desenvolvimento, ou seja, de fora para dentro, metodologia esta que se diz participativa. É um desenvolvimento para local, no aporte de Fideles (2001), uma vez que é uma metodologia exógena (pronta) e não endógena, como a metodologia do desenvolvimento local, e ainda por ser o seu projeto estruturado com a participação da própria comunidade.

A opção pelo DLIS se explica, pois não somente em Porto Murtinho ainda se encontra a cultura da busca de caminhos e soluções pelo lado do que é “mais fácil”, o que leva comunidades, governantes e gestores públicos a optarem pelo que já está pronto. Pulam-se algumas etapas, no intuito de se chegar primeiro a um resultado, mas será que isso é o certo?

Obviamente, não é, mas a opção do DLIS, pronto, exógeno, desmantelou totalmente a perspectiva endógena da iniciativa metodológica, pois, com a facilidade em que o programa foi apresentado, os seus atores locais se desarticularam. Para estes, por estarem acostumados às formas paternalistas e centralizadoras dos seus representantes públicos, para a população local encontrar tudo pronto, como no DLIS, foi fácil e vantajoso, uma vez que, na metodologia de desenvolvimento endógeno, eles tinham que construir a metodologia, tirando, com isto, o sentido de mobilizar a comunidade por meio da prefeitura.

## **CAPÍTULO 4**

### **PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR**

#### **4.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Os representantes da área da educação que participaram das reuniões nos dias 10 e 11/05, conforme relato no capítulo anterior, mostraram particular interesse em dinamizar algo diretamente voltado a essa área. Tal interesse veio de encontro à idéia do Professor Doutor Vicente Fideles Ávila (que monitorou tecnicamente as referidas reuniões) de implantar a cultura de Desenvolvimento Local endógeno, a partir da escola (educação escolar), tendo em vista a endogeneização de capacidades, competências e habilidades de autodesenvolvimento comunitário-local não se faz de um dia para o outro - segundo ele -, implica no engajamento de sucessivas gerações para que se possa pensar, de fato, em desenvolvimento comunitário endógeno, ou de dentro para fora, no relacionamento interativo e produtivo, a comunidade e os fatores exógenos, expressos por todas as forças,

agências e agentes externos, com as quais cada comunidade se embate, ou tem que se embater, no processo de busca de desenvolvimento, a seu favor, ao mesmo tempo dinâmico, equilibrado e construtivo.

Observando tal interesse, a Secretaria Municipal de Educação combinou com o referido professor uma reunião específica com professores e dirigentes de escolas para o período noturno do dia 25/05/2001 e matutino do dia 26/05/2001.

A Secretária de Educação mandou convites pessoais a mais de 100 professores, comparecendo, na noite chuvosa do dia 25, em torno de 34 professores. O Prefeito Municipal abriu a sessão, demonstrando que todo o Executivo municipal encampava o Projeto e reconhecia sua grande relevância para a realidade de Porto Murтинho. Também estiveram presentes a Secretária Municipal de Educação, que, em seu pronunciamento, considerou aquele momento e o Projeto como oportunidades históricas para o município; o Secretário de Governo; o Secretário de Infra-Estrutura; os professores porto-murtinhenses; e este pesquisador (o qual, mesmo residindo e trabalhando em Campo Grande, desde os primeiros contatos, no final de 2000, tem exercido a função de elo entre a Prefeitura Municipal de Porto Murтинho e esta Universidade), além do mencionado Professor, que conduziu a sessão de trabalho no intuito de gerar os entendimentos básicos sobre o projeto e para o estabelecimento de parceria entre Prefeitura e UCDB.

Na manhã do dia 26/05/01, estrategicamente, o Professor Doutor Vicente Fideles Ávila formou um círculo, com os primeiros que chegaram, para extrair, dos que participaram do trabalho da noite anterior, o que de fato haviam entendido sobre a idéia de se implementar, com eles, um projeto de formação de professores na perspectiva das atividades apresentadas. Com isso, também aqueles que não participaram tiveram a chance de entender as razões do projeto e do trabalho daquela manhã, envolvendo-se, sem barreiras, no clima geral do grande grupo.

Após esse momento inicial, em verdade de “aquecimento”, solicitou-se que todos os presentes se posicionassem em grupos, de preferência com professores que trabalhassem nas mesmas realidades ou, pelo menos, em realidades-locais afins, para identificarem e sugerirem fatos ou fatores das mesmas (e da vivência dos alunos), que pudessem ser aproveitados como iniciativas metodológicas de ensino-aprendizagem, capazes de serem implementadas, visando à consecução simultânea dos seguintes três objetivos:

- criar reais possibilidades de melhoria da qualidade e da eficiência do próprio processo ensino-aprendizagem, do ponto de vista cognitivo-instrucional;
- proporcionar prazer aos trabalhos docente e discente;
- influenciar e contribuir para a melhoria da saúde, da alimentação, da higiene, do lazer, da cultura, da capacidade de iniciativas, do trabalho, da produção, bem como, da autoconfiança e auto-estima das respectivas famílias e comunidades para se desenvolverem e, em decorrência, desenvolverem harmonicamente as localidades geofísicas em que vivem.

Formaram-se, então, espontaneamente, cinco grupos, cada um autodenominando-se de acordo com o fato/fator da realidade que pretendia aproveitar como iniciativa metodológica. Os seguintes fatos chamaram a atenção: 1º) embora não se tenha o número exato de professores presentes neste período, observou-se que o mesmo aumentou em relação ao da noite anterior; 2º) a Secretária Municipal de Educação não só organizou todo o evento como também se engajou ativa, ininterrupta e integralmente nos trabalhos de todos os períodos; 3º) a Primeira Dama do município, responsável pelo Programa de Promoção Social da Prefeitura, só pôde agregar-se ao grupo no período matutino, mas sempre participando até o final do evento, com muito entusiasmo e

entrosamento, inclusive encerrando-o em nome do Prefeito.

O resultados dos cinco grupos aludidos acima:

GRUPO 1 - “*Carandá*”

*Professores:* Salvador Figueiredo; Alice Aparecida de Jesus; Maria Delfina Gamarra; Sidney Siqueira; Clarice Gomes Netto; Sirlene Heyn; Aurora da Silva Pereira; Suely do Carmo Miranda Silva.<sup>5</sup>

*Aproveitamento do Carandá*

O presente projeto visa oferecer alternativas aproveitando os recursos naturais da região, o Carandá. Para atingirmos esse objetivo teremos que adotar as seguintes metas:

- pesquisar e coletar dados;
- analisar quais são os produtos que devem ser feitos do carandá;
- encontrar o elemento humano para treinar a comunidade escolar, na confecção dos produtos do carandá;
- realizar experiência junto à comunidade escolar;
- analisar o tipo de solo em que o carandá nasce;
- analisar o tempo que leva para que o carandá dê corte, para que sirva de matéria prima;
- averiguar qual a lógica do corte de 5carandá em relação à lua;
- criar agentes multiplicadores;
- estimular criação de cooperativas para confecção de abanicos, cestos, telhas, tábuas, móveis, arranjos e obras decorativas, palmito e cerca;
- criar um mecanismo pelo mercado para escoamento da produção, atingindo o público-alvo, que é o alunado, por meio dele, propiciar a conscientização dos pais da importância do crescimento e desenvolvimento da comunidade



para se auto-sustentar.

Pela produção destes materiais, pode-se atingir o mercado exterior, por meio da rota bi-oceânica e Mercosul<sup>3</sup>.

#### GRUPO 2 - “Os Brasiguaios”

*Professoras:* Adma Estela Lemes Soares; Arminda Orichuela Alvarenga; Maria Célia Fróes Acosta; Constância dos Santos Miranda; Ederlira Silva Torres; Doracy Mallorquim da Silva; Joceli Rib5as.

*Objetivo:* resgatar a cultura local fronteiriça.

*Tema:* dança; comidas típicas; canções.

*Problema:* a desvalorização da cultura, porque se percebe que a cada dia os jovens se interessam menos pela cultura, principalmente, a dança, os instrumentos musicais, etc.

*Metodologia:* coleta de dados (por meio de família); selecionar por aptidões dos alunos; levantamento com alunos e buscar afinidades em musicalidade; danças; teatros; canções; etc.

Disciplinas e conteúdos:

- Matemática: noções de espaço; numerais pares; gráficos; receitas etc.
- Estudos Sociais: cultura local; tradições; regiões.
- Ciências: matéria-prima utilizada; esquema corporal; conhecimento e valorização do corpo.
- Português: interpretação; produção musical; versificação.
- Artes: passos das danças; acessórios.

---

<sup>3</sup> **Nota:** embora não apareça documentado neste relato, durante a sua apresentação aos colegas mencionou-se que o trabalho com o Carandá será aproveitado como iniciativa metodológica para o ensino de Ciências, Geografia, Matemática, História, etc.<sup>5</sup>

- Espanhol: análise lingüística (traduções).
- Educação Física: movimento corporal; coordenação motora.

*Divulgação:* será divulgado por meio de apresentações nas escolas, hotel, praças públicas, associações de bairros e excursões para outros municípios.

#### GRUPO 3 - “*Cultivar*”

*Professoras:* Maria Elisa Vilamaior; Margarida P. Britos; Sirley Gauna Acosta; Lucilene de Almeida Barbosa; Elke Simone Pereira.

*Objetivo:* desenvolver a importância das hortaliças e os complementos para a alimentação e articular todo o plantio para a disciplina, para prática escolar e, posteriormente, expandir esta ação por meio dos alunos na comunidade da área rural.

#### *Conteúdos:*

- Língua Portuguesa: produção de texto (relatório de todo o processo inicial do plantio da horta).
- Estudos Sociais: explorar a qualidade do solo, subsolo, em que época da estação é apropriada o plantio, qual o fator climático que predomina.
- Ciências: estimular a nutrição, a higiene, a conservação dos alimentos; os produtos orgânicos, aproveitando-os para a preparação dos adubos.
- Matemática: reconhecer as formas geométricas, as linhas paralelas, os pontos, as quatro operações, medidas (comprimento, profundidade) etc.
- Artes: reconhecer a posição vertical, horizontal, releitura da horta, representação por meio de planta da horta.

#### GRUPO 4 - “*As fronteiras*”

*Professores:* Ninfa Amada Ovelar; Antonia da Silva Cardoso; Maria Aparecida Capriata Ávalos; Rosenilda Romero Casacurta; Maria de Lourdes Capriata; Ivanir Cano

Vaez Duarte.

*Situação Problema:* resgate da cultura da cidade de Porto Murтинho.

*Objetivo:* incentivar o aluno a valorizar sua cultura, despertando-o para a melhoria da qualidade de vida.

*Disciplinas:* Língua Portuguesa; Matemática; Artes; História; Geografia; Ciências Naturais; Educação Física e Língua Estrangeira Moderna (Espanhol).

*Conteúdos:*

- Português: produção de texto, composição de músicas e letras de música já composta.
- Matemática: situações-problemas envolvendo as quatro operações.
- História: pesquisa de campo sobre a cultura de Porto Murтинho.
- Geografia: localização de Porto Murтинho em relação ao ritmo da música e caracterização das apresentações.
- Ciências: bietnia da população murтинhense.
- Língua Estrangeira (Espanhol): influência bilingüe da fronteira.
- Educação Artística: expressão corporal e ritmo.
- Artes: coreografia, pintura, expressão livre, teatro, coral, etc.
- Interdisciplinaridade: vestuário, prostituição, baixa estima, etiqueta social, comércio.

*Culminância:* feira cultural.

*Letra da música apresentada pelo grupo:*

- Minha cidade; / Porto Murтинho; / Cidade bela; / Tem ritmo legal; / E comida caseira; / Quando chega à festa; / É de arrombar; / Tá muito bom; / É só dançar; / Porto Murтинho; / Cidade bela; Moça bonita; É na fronteira; / Porto Murтинho; / Cidade pequenina; / E hospitaleira.

## GRUPO 5 - “Saber Viver”

*Professores:* Lina Márcia; Ana Maria; Cêntora Helena; Cida Prado; e Agostinho.

*Tema:* Saber viver.

*Culturas:* estimular a dança e a pesquisa sobre as danças típicas da região, como Chamamé, Galopeira, Polca Paraguaia, Cachaca e Pericão.

*Desenvolvimento das disciplinas:*

- Educação Física: ritmo, lateralidade, postura, coordenação.
- Artes: ritmo, coordenação, vestuário, harmonia, melodia, expressão corporal.
- Matemática: os passos, numerais, lateralidade, números pares, circunferência (360°), formas geométricas, seqüência.
- Português: quadras, trovas, poemas, acentuação, gramática, frases e dramatização.
- Geografia: as origens das danças, localização geográfica, transporte, comunicação.
- História: surgimento (época), pioneiro, influência na cultura atual.
- LEM (Espanhol): tradução das letras das músicas, pronúncias e escrita.
- Ciências Físicas e Biológicas: circulação, equilíbrio físico e mental, sistema respiratório, sistema locomotor (movimento e articulação).
- Química: queima de calor.
- Física: trabalho potencial.

*Objetivo:* criar mecanismo para melhorar a auto-estima, despertando o interesse e mostrar a necessidade de se qualificar para entrar em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo; resgatar valores das danças típicas, sua influência sócio-

econômico-cultural; conquistar novos conhecimentos para contribuir com os educandos para o enriquecimento da cultura; demonstrar a capacidade de criar, transformar, modificando para melhorar o campo de trabalho; consolidar informações e fortalecer a importância da dança no meio familiar e social.

Os trabalhos foram encerrados no dia 26/05/01, no período da tarde, com a apresentação de relatos dos cinco grupos, que são transcritas acima.

Ao final do trabalho, o coordenador geral do projeto disse que há 35 anos vem trabalhando continuamente com professores e que, pela primeira vez, não ouviu uma reclamação às questões perfeitamente possíveis de justas reclamações. Só se ouviu e presenciou entusiasmo: que eles são capazes de contribuir decisivamente para o desenvolvimento de Porto Murinho, sem que outros de fora do município vinham fazê-lo.

Fizeram-se, enfaticamente, presentes às falas de pelo menos um representante de cada grupo e quantos mais quiserem se pronunciar, que teceram comentários avaliativos finais a respeito da sessão de trabalho e do projeto.

Nas falas do coordenador, pediu para o grupo que fizesse a previsão para os próximos passos, e que a Secretaria Municipal de Educação tomasse duas providências até o início do segundo semestre:

- Que apoiassem os professores que participaram deste encontro na sensibilização dos docentes que não compareceram a esta sessão de trabalho, para que tenham a chance de participar do projeto.
- Que constituam a equipe de acompanhamento setorial, por supervisor, orientador, expert em prática/didática, para acompanhar o trabalho dos grupos de professores uma vez por mês.

Quanto às providências solicitadas para o segundo semestre, nada foi feito, somente alguns professores continuaram a trabalhar esta metodologia de forma

individualizada.

No dia 01 de novembro de 2001, o coordenador deste projeto participou de uma reunião na Secretaria de Educação, com a secretária, técnicos da Secretaria e representantes dos grupos de experimentação das escolas, e mais uma vez se notou que o entusiasmo não havia se arrefecido, mesmo sem as providências solicitadas no primeiro semestre. Alguns professores do grupo “carandá” trouxeram objetos artesanais, produzidos nas escolas em que o grupo atua, para apresentação aos participantes da referida reunião.

Nesta reunião ficou acertada uma previsão para os próximos eventos básicos a se realizarem no primeiro semestre de 2002, ficando combinado a ocorrência de dois encontros centrais de todas as pessoas envolvidas no projeto, um em março e outro por volta de maio, e de um encontro mensal com cada grupo de professores abrangido pelo projeto, este monitorado por equipe seria feito pela própria Secretaria Municipal de Educação, tendo em vista a presença de toda a equipe.

Nota-se que tudo o que foi acertado em reunião, nada se cumpriu, pois não formaram a equipe da Secretaria e nem os professores formaram o grupo como explicitado no item 3.2 das razões por que a pesquisa não teve sucesso.

Ficou-se esperando contato da Secretaria Municipal de Educação, professores ou técnicos, mas não o fizeram.

No segundo semestre de 2002, mais precisamente em 25 de agosto, este pesquisador retornou ao município de Porto Murтинho e se reuniu com o secretário municipal de governo, Fábio dos Santos; a Secretaria Municipal de Educação, Aurora Soares da Silva; e representantes das classes de professores e assessores da Prefeitura, quando novamente falamos sobre a metodologia e como estavam em Porto Murтинho, e se os mesmo tinham alguma dúvida quanto à metodologia. Disseram que havia interesse em continuar com o processo, só que era uma data complicada, devido à proximidade das

eleições, e que não teriam tempo para se envolver no processo. Foi explicado que este trabalho não tem nada a ver com o processo eleitoral com a metodologia, então, fizeram a seguinte proposta, que consultasse os professores se eles tinham ou não interesse em retornar o projeto de Desenvolvimento Local, essa reunião foi marcada para o dia seguinte, 26/08/02.

Nessa reunião, a metodologia foi exposta e muitos professores que ali se encontravam não tinham participado das reuniões. Após a explanação, foi apresentada uma pesquisa com os professores da rede municipal e estadual, se havia interesse ou não em participarem do processo.

Participaram desta pesquisa 61 professores, dos quais 54,1% eram favoráveis à continuidade do projeto de Desenvolvimento Local e que gostariam de participar; 37,70% não conheciam o projeto, mas gostariam de participar; e 8,20% não gostariam de participar.

Observando estas questões, nota-se que a comunidade escolar tem interesse em participar do projeto, só está faltando apoio para implementação do mesmo, ou seja, que a direção escolar endossasse este projeto em seu planejamento pedagógico, e com isto, os grupos de estudo seriam organizados por meio desta metodologia e iniciar a sua implantação.

A única escola que participou e fez o projeto foi a Escola Caacupé, esta sim colheu resultados, pois houve envolvimento da direção, coordenação, professores e comunidade, tornando o ensino prazeroso para docente, discente e pais de alunos, como demonstrado nesta reunião, que foi realizada com os pais, para analisar se a proposta deste projeto estava surtindo ou não resultados e se estavam de acordo com sua continuidade. Todos se manifestaram favoráveis ao projeto e pediram mais apoio para que a escola implementasse o mesmo.

## 4.2 TRABALHO NA ESCOLA NOSSA SENHORA DE CAACUPÉ

As metas desse trabalho, por meio de iniciativas metodológicas, são as de proporcionar prazer aos trabalhos docentes e discentes, e aprender a ver o mundo de forma diferente, fazendo com que o aluno se sinta envolvido, emocionado, como parte principal do processo.

O Projeto teve início, na escola, com uma convocação dos pais para uma reunião, a fim de que lhes fosse explicitado que se estaria mudando a maneira de trabalhar com os alunos e que a chave fundamental do projeto era a da integração da família com a escola, pois os mesmos seriam de certa forma também fonte de pesquisa. Após as explicações sobre o projeto, foi aberto espaço para esclarecimentos de possíveis dúvidas. Feito isso, os pais demonstraram-se bastante satisfeitos, pois entenderam que é preciso realizar medidas emergenciais para as crianças e jovens no município. Manifestaram também a preocupação que têm em deixar seus filhos desamparados em casa no período em que estes não estão na escola. Com o projeto, as crianças estariam mais tempo na escola, envolvidas com as atividades desenvolvidas em diferentes áreas de ensino e, dessa forma, os educandos estariam mais protegidos das más influências das drogas e violências, além de aprenderem mais, sem dúvida. A foto abaixo mostra um momento da reunião da comunidade escolar e familiar para esclarecimentos do Projeto, feito por este pesquisador.



FOTO 3 - Foto da reunião da comunidade escolar e familiar.



5

Após obter o aval dos pais, reunimo-nos com o corpo docente da escola, a fim de traçarmos o plano anual, que foi definido com o compromisso de todos, para que o projeto fosse colocado em prática e obtivéssemos êxitos e garantíssemos o desenvolvimento integral dos alunos da escola Caacupé, havendo consenso, inclusive, dos professores que aparecem na foto a seguir e nós entramos em um consenso para se trabalhar em regime de interdisciplinaridade.

A escola Municipal Nossa Senhora de Caacupé formou o Grupo Brasiguaiio reiterando o que já foi mencionado em 4.1, com o objetivo de resgate da cultura local e fronteiriça. Para tanto, era necessário cada docente adequar-se os conteúdos de sua atuação curricular ao objetivo proposto. E isto começou a ser feito, de imediato em forma de dança, como mostra a foto a seguir, de comidas típicas e de outras manifestações culturais da comunidade.

FOTO 4 - Foto da dança, comidas típicas e outras manifestações culturais da comunidade.



Ao iniciarmos as atividades, tivemos um diálogo também com todos os alunos, explicando-lhes que a escola estaria mais atenta a cada discente, pois era preciso que se descobrissem as potencialidades que cada um tinha e que a escola ignorava. A partir dessa narrativa, despertou-se o interesse dos mesmos, que, de imediato, começaram a nos contar o que gostavam de fazer e que não tinham oportunidade, como: cantar, tocar violão, sanfona, jogar bola, dançar, pintar, cozinhar, enfim houve um alvoroço danado.

FOTO 5 - Foto de pais, professores e direção da escola.



Importa observar que o trabalho começou a ser desenvolvido com muita dificuldade, pois não tínhamos apoio de ninguém da área competente, na dimensão municipal. Contamos, porém, com apoio muito grande dos pais, dos professores, da direção da escola e o envolvimento das crianças, cada um desenvolvendo suas habilidades, principalmente na dança, na música, bem como na pesquisa das comidas típicas da região, do folclore, das ervas medicinais e, principalmente, da origem do bairro. A foto em seguida registra a expressão corporal como forma de desenvolvimento dos alunos,

FOTO 6 - Foto da expressão corporal como forma de desenvolvimento dos alunos.



Todas essas atividades foram desenvolvidas durante o ano letivo de 2001 e tiveram sua culminância na semana de 29/11 a 08/12, a do novenário de Nossa Senhora de Caacupê. Primeiro, no Centro Cultural da Escola (no dia 08) e, após, em homenagem à Virgencita de Caacupê, no pátio da Igreja, com apresentações das brincadeiras e comidas típicas e alusivas a Nossa Senhora, tais como: *yvirá syñ* (pau-de-sebo), *olla ye chjerei* (virar panela de ferro), *toro candil* (bumba meu boi), *pelotatatá* (bola de fogo), *cambujhi jhe jhocá* (quebra de vaso de barro), *galleta jhe ú* (comer bolacha paraguaia), *vory vory de*

*frango caipira* (sopa de milho com frango), *sopa* (sopa paraguaia), *sopa soyó* (sopa de carne moída), *locro* (sopa salgada de canjica), *cosido tortilla re* (chá de erva-mate, tereré na brasa com bolo de trigo salgado), *lambreado* (bife encapado), *empanado*, *puchero* (sopa com osso e legumes), pastel.

A Escola participou também do evento cultural de Integração Brasil x Paraguai, realizado pela Secretaria Municipal de Turismo, no qual apresentou três danças: Galopera, Solito e Pajaró Campana; e uma música: Galopera.

Por falta de incentivo, principalmente financeiro, no ano letivo de 2002, a escola não deu continuidade ao projeto, causando frustração na comunidade escolar.

FOTO 7 - Foto das comidas típicas e alusivas a Nossa Senhora.



A Secretaria Municipal de Educação realizou, recentemente, uma reunião para a retomada do projeto e a comunidade escolar espera ansiosa o reinício das atividades, com total apoio de ambas as partes, para que o projeto tenha êxito, pois potencialidades já foram demonstradas para tal.

Este projeto contou com o apoio dos seguintes professores: Adma Estela Lemes Soares, Nídia Acosta, Jerry Adriani Rodrigues, Maria Célia Fróes Acosta, Arminda

Orichuela Alvarenga, Rita de Cássia Padilha, Jayme Evandro Sanches, Juliana Valençola Trindade, Sônia Vargas Denis.

#### 4.3 LIMITAÇÃO DO PROJETO E DO PRÓPRIO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO À ESCOLA-COMUNIDADE CAACUPÉ

Poderíamos delinear três limitações do Projeto do Processo de Desenvolvimento a Escola Comunidade Caacupé, a saber:

***1ª limitação:***

A distância entre Campo Grande e Porto Murtinho, já que o pesquisador e, quando necessário, seu orientador, precisavam deslocar-se para Porto Murtinho, para reuniões e esclarecimento de dúvidas na escola, com docentes ou outros eventos. Pelo fato de não estarmos presentes, o projeto ficava estagnado.

***2ª limitação:***

A falta de iniciativa em todos os aspectos das autoridades locais (prefeito, Secretaria Municipal), quanto ao incentivo e apoio na programação e efetivação do Projeto que, a princípio, tinha buscado e apoiado o Projeto Básico. Este é, sem dúvida, um dos maiores entraves ao Projeto de Desenvolvimento de Comunidades-Localidades.

***3ª limitação:***

A falta de assessoramento técnico mais próximo da comunidade educativa envolvida no Projeto, devido Porto Murtinho ser uma cidade distante de Campo Grande, fator este associado ao sistema precário de comunicação, foram fatores limitantes para a implantação do projeto.

#### 4.4 UM OLHAR SOBRE OS RESULTADOS DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

No intuito de complementar o trabalho de campo, uma reunião foi realizada com os pais, na qual este pesquisador fez um questionamento quanto à metodologia e levantou qual a opinião deles. No aporte geral, todos estavam satisfeitos com o programa, só que reclamaram da falta de apoio da Secretaria Municipal de Educação, para aquisição de alguns materiais desportivos.

Dos pais reunidos, foram entrevistadas, reservadamente, duas mães e uma coordenadora, para confirmar se as mesmas haviam entendido a proposta, como demonstrado a seguir.

Das entrevistas realizadas com a comunidade da Escola Municipal Nossa Senhora de Caacupé, no mês de agosto deste ano. A primeira foi realizada com uma mãe de aluno e funcionária da referida escola; a segunda, com a coordenadora; e a terceira, por uma mãe de aluno da escola.

#### **4.4.1 Entrevista 1**

1. De que forma o desenvolvimento local e sustentável contribuiu para a formação de seu filho?

*R: Com certeza contribuiu muito e é válido para o desenvolvimento das crianças, porém, precisa de incentivo das autoridades.*

2. No seu parecer, houve mudanças, após a implantação do projeto, dos alunos e, principalmente, do seu filho?

*R: Houve muita mudança, hoje, as crianças ficam mais desenvolvidas no sentido de desinibição; antes, as crianças não manifestavam seus desejos, ficavam caladas, com vergonha.*

3. De que forma sua família contribui para o Desenvolvimento Local?

*R: Incentivando as crianças a participarem de todas as atividades escolares.*

4. O que seu filho faz quando não está envolvido com as atividades

desenvolvidas pela escola?

*R: Minhas crianças têm horário para os deveres escolares e para brincar.*

5. Como mãe e funcionária da escola, qual foi a sua colaboração?

*R: Além de participar dos eventos fora do meu horário, ajudo a cuidar dos alunos quando temos que sair da escola.*

6. Atribua um conceito para a escola de seu filho?

*R: A escola poderia ser melhor, precisa de campo de futebol. Muito boa em termos gerais, mas vejo algumas falhas em alguns professores que não acompanham o projeto.*

Na entrevista 1, o testemunho da mãe traduziu as melhorias na educação do filho na Escola Municipal Nossa Senhora de Caacupé, após a implantação do Projeto de Formação de Professores na Perspectiva do Desenvolvimento Local. Quanto às mudanças observadas no filho, a mãe ressaltou a desinibição, manifestação dos desejos, pois, antes do projeto, as crianças eram caladas e tinham vergonha. Quanto às atividades desenvolvidas, a mãe disse ser incentivadora das crianças para participar e quando é preciso ir à escola participar em eventos fora da escola, a mesma auxilia no cuidado com os alunos. Segundo a mesma, para que o desenvolvimento realmente aconteça, precisa de muitos incentivos das autoridades e melhorar, sugerindo até mesmo um campo de futebol e um envolvimento maior por parte de alguns educadores que não acompanham o Projeto.

Na segunda entrevista, a coordenadora demonstrou surpresa quanto às mudanças verificadas.

#### **4.4.2 Entrevista 2**

1. Coordenadora, de que forma o projeto de Desenvolvimento Local e Sustentável contribuiu para a formação dos alunos?

*R: No desenvolvimento pessoal e educacional dos educandos.*

2. No seu parecer, houve mudança do projeto nos comportamentos dos alunos?

Em que sentido?

*R: Sim, houve. Foi além do que eu esperava. No primeiro projeto que desenvolvemos sobre o carnaval, teve até uma bandinha criada pelos alunos para tocar as marchinhas. O segundo foi a páscoa, com a participação de todos os alunos da escola, principalmente, alunos da 6ª série. No terceiro, desenvolvemos mãe do século XXI, houve participação de toda comunidade escolar: alunos, mãe, professores e autoridades, quando debatemos com as comunidades as dificuldades que os filhos sentiam com as mães que trabalhavam o dia inteiro, e pouco tempo tinham para dedicar a seus filhos.*

3. De que forma você contribui com os projetos?

*R: Ajudando na elaboração dos projetos desenvolvidos na escola.*

4. O que a maioria das crianças fazem quando não estão envolvidas nas atividades escolares?

*R: Existem programas assistenciais para as crianças no período que não estão na escola, mas a dificuldade é devido à distância. A maioria das crianças fica assistindo TV, andando na rua, indo em vizinhos e até mesmo praticando vandalismo nos finais de semana, quando não há funcionamento da escola.*

5. Atribua um conceito para a Escola N.S. Caacupé:

*R: A escola é considerada boa, no sentido de que as atividades escolares são melhor desenvolvidas por não ter salas superlotadas. Os professores conseguem desenvolver sua metodologia de ensino e aprendizagem adequadamente e, por isso, consideramos que o rendimento escolar é bom. Contamos, também, com excelente relacionamento do corpo docente, discente e administrativo.*

De acordo com a entrevistada, o projeto auxiliou no desenvolvimento pessoal e educacional dos educandos foi assim definido: no primeiro projeto que desenvolvemos sobre o carnaval teve até uma bandinha criada pelos alunos para tocar as marchinhas; o segundo foi a páscoa, quando todos participaram, ficando em destaque a 6ª série. No



terceiro, desenvolvemos a mãe do século XXI, houve participação de toda a comunidade escolar: alunos, mães, professores e autoridades, quando debatemos com as autoridades as dificuldades que os filhos sentem pelo fato das mães trabalharem fora o dia inteiro, e pouco tempo que têm para dedicar a seus filhos. A mesma disse, ainda, contribuir na elaboração dos projetos desenvolvidos na escola e que existe um programa de assistência às crianças no período que não estão na escola, mas muitas vezes não vêm devido à distância de casa até a escola e acabam na rua ou em casa assistindo TV. A escola, na avaliação da Coordenadora Pedagógica, realizou um trabalho quanto à metodologia de ensino e aprendizagem, ao rendimento escolar e, ainda, considerou o relacionamento entre o corpo docente, discente e administrativo excelente.

#### **4.4.3 Entrevista 3**

1. De que forma o Desenvolvimento Local e Sustentável contribuiu para a formação de seu filho?

*R: Através de participação dos eventos propostos, e para isso tem que haver mais participação, interesse e responsabilidade dos mesmos.*

2. No seu parecer, houve mudanças após a implantação do projeto nos alunos e principalmente no seu filho?

*R: Houve mudança, no sentido que as crianças participam mais na escola. Os meus filhos participam dos eventos da escola com interesse e eles continuam assim.*

3. De que forma sua família contribui para o Desenvolvimento Local?

*R: Contribuímos contando o que sabemos das histórias típicas do local.*

4. O que seu filho faz quando não está envolvido com as atividades desenvolvidas pela escola?

*R: Assiste televisão.*

5. Como mãe, qual foi a sua colaboração?

*R: Ajudo conforme sou solicitada na escola e nas festividades.*

6. Atribua um conceito para a escola de seu filho?

*R: A escola de hoje está muito melhor do que era antes, do professor ao diretor.*

A 3ª entrevistada aposta que houve maior participação, interesse e responsabilidade, após a implementação do Projeto de Desenvolvimento Local, e que seus filhos sempre participam dos eventos escolares. A sua contribuição com o projeto é de transmitir o que sabe das histórias típicas do local, e que sempre que é solicitada na escola ajuda nas festividades e apresentações da escola. No seu conceito para a escola hoje é que está muito melhor do que era antes, do professor a diretor. Não seria possível estendermos aqui uma descrição de todos os atores (toda comunidade educativa), na implementação do Projeto de Formação de Professores na Perspectiva do desenvolvimento Local na Escola Municipal Nossa Senhora de Caacupé em Porto Murтинho. Embora o fizéssemos na voz dos entrevistados, nessas entrevistas por amostragem, essas idéias deixadas também o são de concordância de tantos outros envolvidos nesse processo. No nosso entendimento, os objetivos deste pesquisador na realização deste projeto foram atingidos, na medida em que, à luz dos estudos teóricos obtidos no Curso de Desenvolvimento Local, foi possível aplicá-los na prática na localidade-comunidade, a cidade de Porto Murтинho, e que apesar dos entraves encontrados, demonstrou-nos, a sua população, por meio da comunidade escolar de Caacupé, que é possível realizar o desenvolvimento endógeno de dentro para fora, envolvendo os seus sujeitos, no caso aqui os educandos, os pais, os professores, no resgate aos seus valores culturais e quem sabe a sua sustentabilidade.

Em suma, acreditamos que a semente de Desenvolvimento Local está lançada e certamente terá bons frutos.

## **CAPÍTULO 5**

### **PRINCIPAIS LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

#### **5.1 ENVOLVIMENTO**

A primeira constatação recai sobre o envolvimento e a mobilização, sensibilização e participação da comunidade de Porto Murinho, que, sem um envolvimento efetivo da comunidade localidade, não é possível alcançar o Desenvolvimento Local, já que, não estando inseridas no processo até mesmo pela falta de uma cultura de participação, chegando a ser comodismo ou mesmo por ignorância, acabara atrasando o processo. Podendo ainda desmotivar aqueles que estão interessados em levar adiante o processo com seu negativismo, alegando que: “a implantação do Desenvolvimento Local não dará certo, atribuindo-lhe a conotação de que é apenas político eleitoreiro”, e ainda tecendo comentários a respeito do pesquisador, para os quais o mesmo estava lá apenas para usá-los como atores locais e que, ao mesmo tempo, estava sendo pago pelo poder público municipal para implantar o Desenvolvimento Local em Porto

Murtinho.

Estando ainda alguns segmentos da sociedade murtinhense convencidos que este trabalho não objetivava a ajuda que a comunidade local quer, e sim ajudar o pesquisador que pretende, com este trabalho, custear seu curso de mestrado. Compreenderam que, por parte do poder público, nada pode se esperar, pois até o momento nada se fez, mas sempre aparecem com projetos, fazendo o maior barulho, mas a comunidade não se beneficia destes.

Citaram o DELIS (Programa de Desenvolvimento Sustentável) do SEBRAE, atribuindo como mais um projeto iniciado para a promoção do desenvolvimento em Porto Murtinho, cujo intuito é o de apoiar a comunidade daquela região em seu processo de desenvolvimento, mas que tem se resumido concretamente até o momento, na viabilização de reuniões, que, na maioria das vezes, não tem o alcance da promoção e efetivação de ações propriamente ditas, acabando por gerar a falta de credibilidade por qualquer projeto em que haja a tentativa de implantá-lo.

As ações do DELIS, segundo o que foi exposto, restringiu-se à organização de uma associação de pescadores com apoio do SEBRAE, que repassou o conhecimento, mas não se deu a seqüência. Na alegação dos pescadores, a associação está sediada em um salão alugado pela Prefeitura, entretanto, segundo os mesmos, sem recursos e com falta de apoio não vêm razão da associação e de suas funções. E ainda, segundo os pescadores, quando estes procuram o poder executivo, são informados que o apoio daquele órgão restringe-se ao pagamento do aluguel do salão. Sendo que, na realidade, sem recursos, apoio financeiro, a associação de pescadores não conseguirá se sustentar e somente alguns pescadores, detentores de uma estrutura melhor, poderão se desenvolver, mas não na forma do associativismo e sim independente como sempre foram.

Em conversas com a comunidade, percebe-se que ela deseja que o

desenvolvimento de Porto Murtinho seja promovido e, portanto, acredita nas políticas públicas para os municípios do atual Governo Estadual, na representação maior do Governador do Estado, José Orcírio Miranda dos Santos. Entretanto, não aceita a forma eleitoreira como os projetos são implantados pelo poder municipal local, chegando, até mesmo, a usar, nesta manobra, o nome do atual governador. De tais projetos, observa-se que os referidos são projetos individualizados para atender a determinados grupos.

Reunido com pessoas da comunidade que, de forma isolada, vem tentando implementar a metodologia de Desenvolvimento Local no bairro, fomos informados que qualquer ação feita por essa mesma comunidade, há tentativa de impedimento do mesmo pelo poder executivo, procurando, de qualquer forma, inibir os eventos que a mesma venha a promover. É uma comunidade isolada do poder público que descobriu ser capaz de se desenvolver sem apoio dos políticos locais, porém, não houve a presença desse mesmo grupo, no dia do evento, inferimos que estes pudessem problematizar as questões de interesses eleitoreiros.

Esta mesma comunidade promoveu um evento de resgate das comidas típicas da região de Porto Murtinho, que foi organizada com barraca com cobertura de palha, como se fosse uma feira local, constou de 14 barracas, algumas de comidas típicas, outras com jogos e gincana. Isso ocorreu na parte da noite, no dia seguinte, foi promovida uma corrida de jegue, em que a pista de corrida, construída pela comunidade-localidade denominada de jeguodromo, o que foi um grande sucesso. Na tentativa de promover um segundo evento, a exemplo do primeiro, sentiram resistência ou até concorrência do poder local, pois nessa mesma data em que ocorreria o evento, promoveram uma festa no centro da cidade, sendo que, no bairro que ocorreria a feira, foram distribuídos convites para que a comunidade participasse. Sendo cada convite numerado, e se as pessoas estivessem na festa poderia concorrer a um prêmio, fato este que levou ao esvaziamento do segundo

evento daquele bairro.

Este fato demonstra que, para que uma metodologia de desenvolvimento local surta efeito, é preciso criar convencimentos bem sedimentados, para que haja o envolvimento da comunidade-localidade, e os poderes constituídos são necessários, para o entendimento que o desenvolvimento não tem finalidade política, principalmente eleitoreira, e sim serve para melhorar a qualidade de vida da população.

## 5.2 RECURSOS

Em todas as pretensas ações para a promoção do desenvolvimento, mesmo estando a comunidade-localidade totalmente envolvida e nela participando e contribuindo, cada qual com suas potencialidades, quando se trata de implantar uma metodologia desta envergadura, faz-se mister a alocação de recursos, pois, para começar qualquer trabalho, é necessário recursos como: matéria-prima, ferramenta de trabalho, uma vez que, não tendo isto, nada ocorre, tendo em vista que a comunidade que se empenha nesses projetos são carentes, desprovidas de recursos financeiros tanto para se manter quanto mais para participar de outros projetos.

Por esse motivo, quando se implementa trabalhos deste tipo tem que haver apoio do poder público, para apoiar viabilizando os recursos necessários a essas iniciativas e ainda promover eventos para as etapas de produção de trabalhos posteriormente, seja apresentados à comunidade para fins de comercialização, para que assim possam se auto-gerir.

## 5.3 APOIO EXTERNO DOS PESQUISADORES

Os agentes locais do desenvolvimento em Porto Murinho têm conhecimento

de que os especialistas são os apoiadores e facilitadores das idéias mestras detectadas pela comunidade, os quais apóiam a direção que a comunidade deseja seguir e geri-la, posteriormente, de maneira autônoma, e que sempre poderão dispor de consultoria nas suas reais necessidades, no seu querer, e quando esta não houver deverão desenvolver-se de forma independente. Entretanto, na comunidade, isto não ocorreu, por ela não estar totalmente convencida do processo, pois imaginava que ações individualizadas não teriam apoio dos pesquisadores.

No início da implantação do projeto, os pesquisadores e especialistas procuraram estar presentes no intuito de levar o seu apoio constante, conversando com os atores locais e se informando do andamento e problemas apresentados. Na medida que a comunidade vai melhorando sua auto-estima e consegue se desenvolver endogenamente, os especialistas se afastam, e somente retornam, caso sejam constatados problemas no decorrer da implantação do projeto, levando conhecimento e apoio para a valorização de ações da comunidade, apontando-lhes os pontos fortes do que eles conseguiram atingir, garantindo-lhes, assim, maior tranquilidade e segurança no processo Desenvolvimento Local ainda a ser percorrido.

E, quando o projeto vai mostrando os resultados, a comunidade ganha credibilidade daqueles que não tinham, no início, seu envolvimento e, gradativamente, estarão participando do processo, pelo efeito cascata ou multiplicador.

Nota-se que a potencialidade existe, só que ainda não houve um despertador ao desenvolvimento. Por não acreditar em sua habilidade, capacidade e competências.

Aqueles que despertaram para isso, estão de forma individualizada passando esta metodologia à comunidade, como é o caso do explicitado anteriormente, nas reações internas locais, em reuniões e discussões de grupo e, sobretudo, das comunidades de Caacupé e do Jóquei Clube, tornando visíveis e apreciáveis em termos de resultado, como

uma reação endógena, graças às posturas reais de lideranças, mobilização e influência em contextos comunitários, tanto escolar quanto de bairros.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do princípio de que o ser humano é um ser de ação e relação e não pode ser percebido fora de suas relações com os outros e com o mundo, pode-se afirmar que ele é capaz de transformar-se e de transformar a sua realidade. Partindo desta visão, poderíamos dizer então que a característica metodológica do Desenvolvimento Local está baseada, principalmente, na participação e no contato direto com as pessoas, interagindo com o seu cotidiano, dentro do seu raio de vivência.

Na análise, o que ficou perceptível é a dificuldade que os professores encontram em adaptar novas iniciativas ao currículo escolar e aplicá-las no seu dia a dia, dar o “ponta-pé” inicial. Eles necessitam de um referencial, um exemplo, alguém que tenha aplicado alguma coisa neste sentido e que realmente esteja na vanguarda, até mesmo porque é mais trabalhoso. Por que sair do usual, se já está ali pronto, nos compêndios, nos manuais, é só repassar a matéria, cumprir o seu horário de aula, o que vamos ganhar com isso? Será que tenho que adaptar isto à minhas aulas, o que deve ser ensinado e com que fim? Quando e como? Ou terei que trabalhar extra-sala para aplicar essa nova metodologia? Estes, com certeza, seriam os questionamentos de qualquer professor que não quisesse ver a sua escola, seus alunos e toda uma comunidade transformada.

Existe, na escola, a consciência de que esta não seja apenas repassadora de conteúdos. Idéias de grandes educadores como Paulo Freire, por exemplo, são amplamente disseminadas no âmbito escolar de que hoje a educação caminha nos pilares do pensar,

aprender, fazer.

A educação pode ser formal e/ou informal, sistemática e/ou assistemática. Informal e assistemática são aquelas realizadas de modo espontâneo, ocasional, por todos os grupos sociais. E formal e sistemática, quando obedecem a normas e padrões determinados pela instituição social diretamente responsável pela sua realização, é o caso da educação feita nos sistemas de ensino. Os dois tipos não são excludentes, mas se complementam.

Redescobrir e buscar novos valores, que tornem a sociedade humana mais justa, é tarefa de todos. Assim sendo, um dos principais objetivos do Desenvolvimento Local Endógeno consiste em permitir que o ser humano compreenda a natureza complexa das comunidades e de suas interações, levando-o a promover uma ação reflexiva e prudente destes comportamentos nas suas comunidades, no intuito de minimizar os mais diversos problemas, transformando-os em potencialidades.

Mesmo porque muitas vezes o problema surgido é a solução, pois nos deparamos com dificuldades que podem se tornar problemas dependendo da forma com que as mesmas são encaradas. E quaisquer que sejam os limites impostos à educação, pelas solicitações de diversidade e uniformidade, há também exigências referentes à produtividade que devem ser atendidas: estaremos nós (educadores) produzindo pensadores, cientistas, poetas, legisladores, em número suficiente para satisfazer as solicitações de nosso tempo? Além disso, as escolas devem, também, contribuir para o desenvolvimento social e emocional do educando, se quiserem preencher sua função de educar para a vida, em uma comunidade democrática e para uma fecunda vida familiar. Se, no que se segue, a principal ênfase é posta no lado intelectual da educação, isso não quer dizer que os outros objetivos da educação sejam menos importantes.

Diante da realidade social vivida, a escola, mesmo desprestigiada, vem cada

vez mais absorvendo tarefas e responsabilidades. Hoje, além dos conteúdos essenciais de cada disciplina, precisa incluir temáticas como paz, drogas, violência, saúde; e o professor depara-se com a sensação de estar aprendendo continuamente o ensino dos conteúdos para enfrentar/discutir tais temas.

Pelo exposto, sugeriu-se que a Secretaria de Educação do Município de Porto Murinho deveria traçar um norte, colocando a escola no centro, no sentido de melhorá-la e, desta forma, melhorar a qualidade de vida entre professor e aluno.

Cada grupo formado é que determina o quê e quando é que irão avançar no processo, é necessário que seja um processo contínuo, não podem deixar o entusiasmo passar para depois retomar, pode ser feito em doses homeopáticas, porém, sem interrupção, e o grupo define quando está na hora de tomar mais uma dose, até porque, para que ocorra uma mudança de postura metodológica e curricular, é preciso que ele ocorra primeiro no professor, e esse processo de transformação é lento e gradual. Poderão transformar problemas em soluções se trabalharem com eles e não contra eles.

Durante as pesquisas, detectou-se potencial nas escolas, entre docentes e discentes, na aplicação da metodologia do Desenvolvimento Local, pelo fato deste trabalho constituir-se de forma a valorizar estas iniciativas. Ou seja, é uma tentativa de desenvolvimento a partir da escola, que aos poucos vai agregando os pais e, na seqüência, “contaminando” toda a comunidade.

O Desenvolvimento Local Endógeno visa favorecer uma participação responsável nas decisões de melhoria da qualidade de vida, do meio natural, social e cultural visando ainda o resgate da auto-estima dessa população.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, R. de; GONÇALVES, O.; SALDANHA, A.; ARRUDA, G. e SERTANEJO, H. *Ciclo da Erva Mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986.

ÁVILA, V. F. de. *Municipalização para o desenvolvimento*. Campo Grande: UFMS/PREG, 1993.

\_\_\_\_\_. *No município sempre a educação básica do Brasil*. Campo Grande: UCDB, 1999.

\_\_\_\_\_. *A pesquisa na vida e na universidade*. 2.ed. Campo Grande: UFMS/UCDB, 2000.

\_\_\_\_\_. *Formação educacional em desenvolvimento local de estudo em grupo e análise de conceitos*. Campo Grande: UCDB, 2000.

\_\_\_\_\_. *Educação escolar e desenvolvimento local: realidade e abstração no currículo*. Brasília: Plano Editora, 2003.

CAMPESTRINI, H. e GUIMARÃES, A.V. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: [s.n.], 1991.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

CUNHA, M. J. da. *O bom professor e sua prática*. 5.ed. Campinas: Papirus, 1995.

DEMO, P. *Cidadania menor: algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

\_\_\_\_\_. *A nova LDB: ranços e avanços*. Campinas: Papirus, 1997.

\_\_\_\_\_. *Desafio moderno da educação*. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Educação e desenvolvimento, mito e realidade de uma relação possível e pantasiona*. Campinas, SP: Papirus, 1999.

\_\_\_\_\_. *Participação é conquista*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FAZENDA, D.C.A. *Interdisciplinaridade - um projeto em parceria*. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa* (novo dicionário Aurélio). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GANDIN, D. *A prática do planejamento participativo*. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUAJADO, J. La Cuestion Del Desarrollo Local - notas provisórias. *Revista del Taller de Desarrollo Local*, n. 1, [S.l.]: [s.n.], 1988.

HENRY, N. B. *Educação Comunitária: princípios e práticas colhidas na experiência através do mundo*. Trad. de Leonel Vellandro. Rio de Janeiro: Globo, 1965 (Anuário da Sociedade Nacional para o estudo da Educação).

HERNÁNDEZ, F. *Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho*. Trad.

Jussara H. Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. home-page  
<http://www.ibge.gov.br>

ILLICH, I. *Une société sans école*. Paris: Sueil, 1971.

LAZARTE, A. H. *Las Agências de Desarrollo Economico Local: promovendo la empresarialidad em el marco del desarrollo humano sistenidade*. In: <http://www.ilo.org>

LEON, B. *Porto Murtinho - nossa terra, nossa gente, nossa história*. Porto Murtinho: [s.n.], 1999.

LÓPEZ, T. Servicio Social y Desarrollo Local. In: *Asistentes Sociales*. Chile: [s.n.], 1991.

MARTIN, J. C. *Estudos de Economia*. Manual de Desarrollo Local. Vitória: Gasteiz, 1994.

\_\_\_\_\_. *Perspectivas de desarrollo local*. Madrid-Espanha: [s.n.], 1995.

\_\_\_\_\_. Nuevas realidades em el desarrollo local em España e Ibereroamência. In: *Seminário Internacional sobre perspectivas de desarrollo em iberoamérica*. Santiago de Compestela, maio de 1999.

MELVÉR, R.M. e PAULA, F. F de. *Teoria Social da Comunidade*. São Paulo: Herder, 1968.

NASCIMENTO, J. C. do. *Municipalização do ensino, debate e conjuntura*. In: Fundação do Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP. [s.l.]: [s.n.], [s.d.].

NÓVOA, A. et al. *Formação para o desenvolvimento*. Lisboa: Fim de Século/OIT, 1992.

OLIVEIRA, E de et al (org.). *Municipalização do ensino no Brasil*. Belo Horizonte:

Autêntica, 1999.

PIERSON, D. *Teoria e pesquisa em sociologia*. São Paulo. Melhoramentos, 1968.

ROZAS, G. *Pobreza y Desarrollo Local*. Chile: [s.n.], 1998.

ROZAS, G. *Pobreza y desarrollo local*. Documento de trabajo n. 2. Programa Estratégias de Superación de la Pobreza. Santiago: Universidad de Chile, 1996. (home page: // [rehue.csociales.uchile.cl/rehuehome/facultad/publicaciones/excerpta](http://rehue.csociales.uchile.cl/rehuehome/facultad/publicaciones/excerpta)).

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE. BDE – Banco de dados do estado, 1979-1998.

SILVA, J. de M. *Fronteiras Guaranis*. 2.ed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul.

VERHELST, T.G. *O direito à diferença: identidades culturais e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1992.

YARED, J. *Interdisciplinaridade e sistema preventivo: sonho-realidade*. Lorena, SP: Centro Cultural Teresa D'Ávila, 1995.

INTERNET:

<http://www.almosdeterra.hpg.ig.com.br/Terena>.

<http://www.portalbonito.com.br/materias/kadiwéus1.asp>.

<http://www.geocities.com/heortland/bluffs/6737/caacupe/htm-18.06.2003>

## APÊNDICE



## **Roteiro de Entrevista**

### **Entrevista 1**

7. De que forma o desenvolvimento local e sustentável contribuiu para a formação de seu filho?
8. No seu parecer, houve mudanças, após a implantação do projeto, dos alunos e, principalmente, do seu filho?
9. De que forma sua família contribui para o Desenvolvimento Local?
10. O que seu filho faz quando não está envolvido com as atividades desenvolvidas pela escola?
11. Como mãe e funcionária da escola, qual foi a sua colaboração?
12. Atribua um conceito para a escola de seu filho?

### **Entrevista 2**

6. Coordenadora, de que forma o projeto de Desenvolvimento Local e Sustentável contribuiu para a formação dos alunos?
7. No seu parecer, houve mudança do projeto nos comportamentos dos alunos? Em que sentido?
8. De que forma você contribui com os projetos?
9. O que a maioria das crianças fazem quando não estão envolvidas nas atividades escolares?
10. Atribua um conceito para a Escola N.S. Caacupé:

### **Entrevista 3**

7. De que forma o Desenvolvimento Local e Sustentável contribuiu para a formação de seu filho?
8. No seu parecer, houve mudanças após a implantação do projeto nos alunos e principalmente no seu filho?
9. De que forma sua família contribui para o Desenvolvimento Local?
10. O que seu filho faz quando não está envolvido com as atividades desenvolvidas pela escola?

11. Como mãe, qual foi a sua colaboração?
12. Atribua um conceito para a escola de seu filho?

ANEXOS

# ANEXO 1

## TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO E A UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO.

Pelo presente instrumento, tendo, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO, inscrita no CGC/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede em Porto Murtinho-MS, à rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, doravante denominada PREFEITURA, neste ato representada pelo seu excelentíssimo Prefeito Municipal, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, SSP/\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_ e, do outro lado, a UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO, inscrita no CGC-MF sob o nº 6000, doravante denominada UCDB, neste ato representada, na forma do artigo 17, inciso XVI de seu Estatuto, pelo seu magnífico Reitor Padre José Marinoni, portador da cédula de identidade nº 219.039 SSP/MS e CPF nº 127.554.511 – 49, tem entre si justo e acertado o presente Convênio regido pelas seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA- DA CONCEPÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Por desenvolvimento local de um município entende-se o efetivo desabrochamento das capacidades, competências e habilidades da(s) comunidade(s) com identidade social e histórica própria(s) e territorialmente delimitada(s), para se tornar(em) apta(s) ao agenciamento e gerenciamento do aproveitamento dos seus potenciais e de seu meio, assim como para incorporar(em) conhecimentos e possibilidades externas, de modo a solucionar(em) problemas/ necessidades e realizar(em) aspirações coletivas, ao mesmo tempo capilarizando o desenvolvimento no âmago de toda comunidade de forma sustentável e criando condições de equilíbrio entre todas as dimensões do sistema social.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETIVO GERAL

O presente convênio tem como objetivo a implantação e implementação do processo de desenvolvimento local no município de Porto Murtinho.

### CLÁUSULA TERCEIRA- DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Especificamente esse convênio objetiva:

2.1- desenvolver estratégias e criar/captar meios para implementar processo de permanente mobilização, organização e ativação da sociedade de Porto Murtinho, visando o desabrochamento de suas capacidades, competências e habilidades;

2.2- oferta por parte da UCDB de assessoramentos técnico-científicos especializados a atividades e domínios específicos quando se fizerem necessários, tais como saúde, educação, cultura, turismo, lazer, indústria, comércio, agricultura, entre outros.

2.3- acompanhamento por parte da UCDB nas dinâmicas do planejamento com participação da sociedade local a ser coordenado pela PREFEITURA, assim como na avaliação e realimentação desse processo.

### CLÁUSULA QUARTA – DAS METAS

A principal meta das ações empreendidas é a de levar as distintas comunidades existentes no Município afirmarem-se como capazes, competentes e hábeis para empreender iniciativas e esforços com criatividade, no sentido de se transformarem em sujeitos-agentes de seu próprio desenvolvimento, em consonância com suas características, riquezas e potencialidades de forma sustentável e integrada.

#### CLÁUSULA QUINTA- DOS PRINCÍPIOS

As ações a serem empreendidas têm como princípios:

5.1- processo de automobilização, auto-organização e endogeneização de capacidades, competências e habilidades da(s) comunidade(s);

5.2 – apoio às iniciativas criativas das comunidades;

5.3 – formas de trabalho cooperativo sistemático, participativo e co-responsável entre os membros das comunidades, envolvendo a população em “ciclos de trabalho comunitário-cooperativo” de diagnose, priorização de objetivos e metas, programação, execução, avaliação e reimplantação de soluções aos problemas, necessidades e aspirações coletivas;

5.4 –partir de iniciativas mais simples, mais fáceis e menos abrangentes para as mais complexas, mais difíceis e mais abrangentes;

5.5 – buscar integração das ações empreendidas (educação, cultura, transporte, turismo, saúde, infraestrutura etc...);

5.6- aproveitar e captar cooperações, insumos e recursos de toda ordem, de instâncias, agências e agentes externos (públicos e privados, nacionais e internacionais), que possam contribuir para a endogeneização do Desenvolvimento Local no Município, de acordo com o referencial teórico adotado no âmbito do processo.

#### CLÁUSULA SEXTA- DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTÍCIPES DO CONVÊNIO COM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE DE PORTO MURTINHO

6.1- a PREFEITURA é gestora geral das estratégias de desenvolvimento local, do processo de programação e operacionalização de ações, solicitante do assessoramento técnico-científico geral e específicos a serem realizados pela UCDB e responsável pela criação de meios para captar o recursos tecnológicos e financeiros implicados no processo;

6.2- a UCDB é assessora técnico-científica do encaminhamento geral do processo de implementação de desenvolvimento local no Município e de atividades e/ou domínios específicos que vão sendo requisitados pela PREFEITURA ao longo da operacionalização do processo, devendo participar das dinâmicas de planejamento, acompanhamento, avaliação e realimentação do todo e partes do processo, tratando-o metodologicamente como investigação/ experimentação, bem como motivando e apoiando os atores do processo, no sentido de produção sistematizada de conteúdos que se transformem em textos de publicação disponíveis à sociedade interessada no conhecimento e avaliação desse processo específico de desenvolvimento local;

6.3- A SOCIEDADE DE PORTO MURTINHO deve estar envolvida e ser co-responsável na elaboração de estratégias e implementação das ações no atendimento aos objetivos e princípios desse Convênio, com criatividade e cooperação no processo de automobilização, auto-organização e endogeneização de capacidades, competências e habilidades próprias de cada comunidade-localidade, participando da diagnose, priorização, programação, execução, avaliação e reimplementação de soluções aos problemas, necessidades e aspirações humanas, sociais, culturais, econômicas e ambientais que lhes dizem respeito.

6.4- o Grupo Central de Administração-Gestão Local do processo tem a responsabilidade de desenvolver estratégias e criar ou captar meios (condições científicas, técnicas, tecnológicas, financeiras e outras) para a implementação do processo que consta dos objetivos desse Convênio, assim como exercer a macro-coordenação de todas as dinâmicas programático-operacionais de viabilização, acompanhamento, avaliação, controle e realimentação das mesmas.

#### CLAUSULA SÉTIMA – DE OUTROS PARTICIPANTES

Estão previstas participações de outros integrantes, na forma de assessoramento especializado e de fontes alimentadoras de recursos específicos, à medida em que o processo de implementação do Desenvolvimento Local for se enraizando e ampliando no Município, e que esses novos engajamentos façam-se necessários e convenientes, além de compatíveis com a natureza e dinâmica operacional do processo, sendo cada nova integração cuidadosamente acertada com o Grupo Central de Administração-Gestão Local.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA METODOLOGIA DE TRABALHO

So previstas as seguintes dimensões metodológicas no encaminhamento do processo de desenvolvimento local no Município e com os seguintes desdobramentos:

- 8.1- Dimensão da conscientização, mobilização e organização comunitária local, intensificada na fase inicial de implantação/implementação para decolagem do processo, mas que continua em pleno dinamismo ao longo do projeto, tendo como finalidade principal a permanente formação e endogeneização da cultura comunitária a respeito de sua afirmação como capaz, competente e hábil para somar iniciativas, esforços e criatividade, no sentido de se tornar sujeito-agente de seu próprio desenvolvimento, bem como do meio-ambiente que lhe serve de contexto de vida, em consonância com sua real situação de características, riquezas e potencialidades, com a ampla difusão do que representa o Desenvolvimento Local em termos de progresso, auto-estima, autoconfiança e conquista de bem estar para as comunidades (tanto para as setorializadas como para a própria municipalidade) adotando-se a organização comunitária através da criação de Comitês Setoriais de Desenvolvimento coordenado por um Conselho Municipal de Desenvolvimento, com programas de trabalho estrategicamente integrados;
- 8.2- Dimensão de atividades/ projetos em domínios específicos, definida à medida em que se concretiza a primeira dimensão, constituindo o que se convencionou chamar de ciclos de trabalho comunitário-cooperativo, compreendido por etapas sucessivas e cíclicas de diagnose (o que fazer e respectivas viabilidades), priorização, programação (projeção da ação), ação propriamente dita, celebração (comemoração de todas e de cada conquista), abrindo-se novos ciclos em cada domínio específico, tais como educação, saúde, habitação, turismo, cultura, comércio, indústria, agricultura;
- 8.3- Dimensão do Acompanhamento, Controle e Avaliação Sistemáticos, concebida como uma fase programada de acompanhamento e avaliação sistemáticos dos ciclos de trabalho, em que conste reflexão analítico avaliativa e realimentadora do processo em questão;

#### CLÁUSULA NONA – DA ADMINISTRAÇÃO DO CONVÊNIO

Os critérios e dispositivos de ordem administrativa, necessários à viabilização da cooperação por parte da UCDB, tais como ônus com liberação de pessoal de coordenação e assistência técnicas especializadas, com viagens e estadias e congêneres, são objetos de acordos específicos entre as partes convenientes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA, DENÚNCIA E RESCISÃO DO CONVÊNIO

10.1- O presente Convênio vigorará a partir de \_\_\_\_\_, podendo ser prorrogável por tempo determinado ou indeterminado, desde que uma das partes se manifeste por escrito 3 (três meses) antes do término de sua vigência e haja concordância de ambas as partes.

10.2- Este Convênio poderá ser denunciado em qualquer tempo, por vontade das partícipes ou de uma delas, manifestada por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias e rescindido por infração legal ou descumprimento de qualquer uma das obrigações assumidas nesse instrumento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Fica eleito foro da comarca de \_\_\_\_\_ para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desse Convênio.

E por estarem assim certos e ajustados, assinam o presente instrumento em \_\_\_\_\_ vias de igual teor e forma, os representantes das partes.

Campo Grande \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Abel.....  
Prefeito Municipal de Porto Murtinho

\_\_\_\_\_  
Padre José Marinoni  
Reitor da UCDB

TESTEMUNHAS:

Pela Prefeitura:

Pela UCDB:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



ANEXO 2

(MINUTA)

PLANO BÁSICO (2001-2004)

DE IMPLEMENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO  
LOCAL NO MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO-MS<sup>2</sup>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO-MS**  
**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO-UCDB**

CAMPO GRANDE, ABRIL DE 2001

---

<sup>2</sup> Elaborado por VICENTE FIDELES DE ÁVILA, doutor em Políticas e Programação do Desenvolvimento pela Université de Paris I/Panthéon-Sorbonne, professor aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS e docente dos Programas de Mestrado em Educação e em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, de Campo Grande-MS.

## SUMÁRIO

1	–	INFORMAÇÕES GERAIS .....	3
2	–	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-TEÓRICA .....	4
2.1	–	A UCDB e a Questão do Desenvolvimento Local .....	4
2.2	–	Porto Murtinho, UCDB e Desenvolvimento Local .....	5
3	–	OBJETIVOS .....	7
3.1	–	Geral (do Plano) .....	7
3.2	–	Específicos .....	7
4	–	REFERENCIAIS METODOLÓGICOS .....	9
4.1	–	Dimensão de Conscientização, Mobilização e Organização Comunitária Local .....	9
4.2	–	Dimensão de Atividades/Projetos em Domínios Específicos .....	10
4.3	–	Sistemáticos Acompanhamento, Controle e Avaliação .....	11
4.4	–	Enfatizando a Questão da Celebração/Comemoração .....	11
5	–	RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS .....	2
5.1	–	Do Município de Porto Murtinho .....	2

.....	1
2	
5.2	Da UCDB
.....	1
2	
6	– PROVISÕES, INVESTIMENTOS E CUSTEIOS ATINENTES AO PROCESSO
.....	1
3	
6.1	Princípio Norteador
.....	1
3	
6.2	– Pelo Menos Três Frentes a Serem Acionadas
.....	1
3	
7	– REITERAÇÕES
.....	1
4	
8	– TEXTOS DE APOIO
.....	1
5	
8.1	– Fundamentais
.....	1
5	
8.2	– Complementares
.....	1
5	
ANEXO:	CORRESPONDÊNCIA DE 16/03/2001
.....	16

## 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

### 1.1 - Entidades envolvidas

- a - Prefeitura Municipal de Porto Murtinho, em articulação e ação conjunta com o Legislativo e as lideranças sociais, culturais, étnicas e empresariais locais.
- b - Universidade Católica Dom Bosco-UCDB de Campo Grande-MS.

### 1.2 - Coordenações

- a - **Geral** (pela Prefeitura Municipal):

DR. FÁBIO MIRANDA DOS SANTOS, Secretário Municipal de Governo, coordenando o Grupo Central de Administração-Gestão do Processo.

- b - **Geral** (pela Universidade Católica Dom Bosco-UCDB):

PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. CLEONICE ALEXANDRE LE BOURLEGAT, Coordenadora do (macro) Programa de Desenvolvimento Local e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local.

- c - **Técnica** (de encaminhamento teórico-funcional do processo):

PROF. DR. VICENTE FIDELIS DE ÁVILA, integrante dos corpos docentes dos Programas de Mestrado em Educação-Formação de Professores e em Desenvolvimento Local da UCDB.

### 1.3 - Duração (do Plano)

Período de 2001 a 2004.

## 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-TEÓRICA

### 2.1- A UCDB e a Questão do Desenvolvimento Local

A Universidade Católica Dom Bosco oficializou, em 1997, a criação do macro Programa de Desenvolvimento Local<sup>3</sup> no qual se insere o Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, cujo início de funcionamento se deu no segundo semestre de 1998.

Isso posto, a primeira e grande preocupação de todos os integrantes do Programa de Mestrado (coordenação, professores e alunos da UCDB) se centrou na investigação e conseqüente explicitação do arcabouço teórico-conceitual do Desenvolvimento Local que

---

<sup>3</sup> Um importante ponto de apoio desse macro Programa foi a assinatura de convênio inter-institucional entre a UCDB e a Universidade Complutense de Madri-UCM, a qual vem encetando importante esforço para a formação de doutores compromissados com a realidade regional (a de Mato Grosso do Sul), dispondo-se inclusive a fazer parceria em projetos de desenvolvimento específicos, referentes a essa mesma realidade.

se caracterize como real e autêntico desenvolvimento endógeno de comunidades-localidades, no sentido de se tornarem capazes e competentes de se mobilizarem, organizarem e dinamizarem para a processual construção e conquista de seu próprio desenvolvimento, articulando, interagindo, aproveitando e maximizando os meios e as potencialidades disponíveis –tanto os nelas existentes quanto os de fora de seu contexto interno-, evidentemente com o apoio de instâncias, agências e agentes externos que optem por essa maneira de entender desenvolvimento e, reiterando, efetivamente trabalhem na perspectiva comunitária-local da processual e permanentemente contínua autoconstrução e autoconquista do mesmo.

Como se disse acima, todos os envolvidos no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da UCDB se preocuparam com a referida concepção de Desenvolvimento Local, mas uma equipe formada pelo Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila, este desde 1985 publicando matérias nessa direção, passou dois anos (1999 e 2000) investigando e procurando aprofundar o enfoque conceitual de Desenvolvimento Local, cujos posicionamentos conclusivos vieram a lume em duas publicações ainda no ano de 2000: a primeira (artigo), de autoria do professor, intitulada “Pressupostos para Formação Educacional em Desenvolvimento Local” (*INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 1, n. 1, set., 2000 –já indexada) e a outra (livro), em co-autoria com os membros da equipe, denominada “*Formação Educacional em Desenvolvimento Local: Relato de Estudo em Grupo e Análise de Conceitos*” (Campo Grande : Editora UCDB, 2000), ambas se complementando no que concerne à compreensão bastante aprofundada do que se entende por autêntico Desenvolvimento Local:

“(…) O ‘NÚCLEO CONCEITUAL’ DO DESENVOLVIMENTO LOCAL CONSISTE NO EFETIVO DESABROCHAMENTO –A PARTIR DO ROMPIMENTO DE AMARRAS QUE PRENDAM AS PESSOAS EM SEUS STATUS QUO DE VIDA- DAS CAPACIDADES, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE UMA ‘COMUNIDADE DEFINIDA’ (PORTANTO COM INTERESSES COMUNS E SITUADA EM (...) ESPAÇO TERRITORIALMENTE DELIMITADO, COM IDENTIDADE SOCIAL E HISTÓRICA), NO SENTIDO DE ELA MESMA –MEDIANTE ATIVA COLABORAÇÃO DE AGENTES EXTERNOS E INTERNOS- INCREMENTAR A CULTURA DA SOLIDARIEDADE EM SEU MEIO E SE TORNAR PAULATINAMENTE APTA A AGENCIAR (DISCERNINDO E ASSUMINDO DENTRE RUMOS ALTERNATIVOS DE REORIENTAÇÃO DO SEU PRESENTE E DE SUA EVOLUÇÃO PARA O FUTURO AQUELES QUE SE LHE APRESENTEM MAIS CONSENTÂNEOS) E GERENCIAR (DIAGNOSTICAR, TOMAR DECISÕES, AGIR, AVALIAR, CONTROLAR, ETC.) O APROVEITAMENTO DOS POTENCIAIS PRÓPRIOS –OU CABEDAIS DE POTENCIALIDADES PECULIARES À LOCALIDADE-, ASSIM COMO A ‘METABOLIZAÇÃO’ COMUNITÁRIA DE INSUMOS E INVESTIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS EXTERNOS, VISANDO À PROCESSUAL BUSCA DE SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS, NECESSIDADES E ASPIRAÇÕES, DE TODA ORDEM E NATUREZA, QUE MAIS DIRETA E COTIDIANAMENTE LHE DIZEM RESPEITO”.

Esta citação foi extraída da segunda matéria (livro), p. 68-69, a qual aproveita a base conceitual da primeira (artigo) mas com interpolações, as marcadas por sublinhas, concernentes a conceitos abrangidos pelo de 'local', também analisados nas páginas anteriores à 68.

## **2.2 – Porto Murtinho, UCDB e Desenvolvimento Local**

Essa tríplice relação começou a se estabelecer no final do ano de 2000, quando o ainda prefeito eleito de Porto Murtinho, mediado por um mestrando porto-murtinhense do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, da UCDB, procurou a Coordenação deste Programa para conversar sobre intenções e possibilidades de a Universidade cooperar com o Poder Público local, em regime de parceria e apoio técnico-científico já a partir do início de sua gestão à frente do Executivo municipal, no sentido de projetar, implantar e implementar um processo que realmente visasse a endogeneização do desenvolvimento no seio de toda(s) a(s) comunidade(s)-localidade(s) situada(s) no território municipal. Questionado sobre a “cultura desenvolvimentista eleitoreira”, aquela que visa resultados imediatistas de impacto sobre a população para efeito das próximas eleições, o prefeito se posicionou contundentemente enfático, e claro, no sentido de que sua busca de apoio junto à UCDB, e não a qualquer outro órgão ou entidade de assistência técnica municipal, testemunhava a sua vontade e disposição de se dedicar ao desafio de trabalhar, com toda a sua equipe, pela dinamização de processo, em todo o município, para capilarizar o desenvolvimento no âmago da população, em interação com seu meio-ambiente, de sorte a se criarem condições de justo e harmônico equilíbrio entre as dimensões social e econômica do progresso simultaneamente humano e ambiental em termos inclusive de médio e longo prazos.

Em face dessa firme intenção por parte do prefeito, juntamente com seus auxiliares presentes, foi-lhes sumariada a concepção de Desenvolvimento Local contida nos artigo e livro supracitados (assim como entregue um exemplar de cada), ficando acertado novo encontro de trabalho em Porto Murtinho com o prefeito e toda a sua equipe de auxiliares, representantes do Legislativo e outras lideranças comunitárias para debate e definições teóricas, técnicas e administrativas mais amplas e aprofundadas sobre a questão. Esse encontro foi realizado nos dias 10 e 11 de março de 2001 (cfr. correspondência que os memoriza e documenta, no ANEXO), daí decorrendo: enfática explicitação da significação conceitual de Desenvolvimento Local; discussão e clareamento de dúvidas a respeito dessa significação; decisão coletiva e unânime, no horizonte dos participantes, de que essa idéia passava a constituir o referencial teórico para o desenvolvimento comunitário-local do município de Porto Murtinho; declaração pública do prefeito, no âmbito do encontro, de que o Poder Executivo (incluindo secretários, chefes de departamentos, coordenadores de áreas e outros servidores municipais), assumia a dinâmica administrativo-gerencial de todo o processo, buscando a ação conjunta tanto com o Legislativo quanto com as lideranças sociais, étnicas, religiosas e empresariais ativas no município; e a UCDB (representada pela Coordenadora do Programa de Desenvolvimento Local e pelo professor do Programa que trabalhou a sistematização da supra aludida conceituação) se declarou interessadamente disposta a participar da programação e concretização dessa

inovadora experiência de Desenvolvimento Local em Porto Murinho, sobretudo subsidiando-a técnica, científica e operacionalmente.

Tem-se por certo que há, atualmente, todas as condições básicas para que o Executivo municipal de Porto Murinho e a Direção da Universidade Católica Dom Bosco formalizem essa parceria através do(s) documento(s) que lhe concerne(m). Em verdade, antes mesmo dessa(s) formalização(ões) –que evidentemente se fazem necessárias doravante-, alguns referenciais operacionais já foram colocados na reunião do dia 10/03/01 (como consta da correspondência, no ANEXO) a fim de que os primeiros passos rumo à mobilização e organização comunitária-local começassem a ser planejados e concretizados pelo Grupo Central de Administração-Gestão do Processo, indicando que naquele exato momento já “fora dada a largada” ao início do mesmo.

### **3 – OBJETIVOS**

#### **3.1 – Geral (do Plano)**

Implementar processo de permanente mobilização, organização e ativação de toda a sociedade do município de Porto Murinho para o desabrochamento de suas capacidades, competências e habilidades de desenvolvimento endógeno (ou de dentro para fora), com as seguintes características básicas:

a - partindo de iniciativas criativas e sistemático trabalho cooperativo das aí situadas comunidades-localidades (com certas peculiaridades sociais, culturais, meio-ambientais e econômicas comuns), em termos de diagnose, priorização, programação, concretização e acompanhamento-avaliação de soluções para problemas, necessidades e aspirações das mesmas;

b - mediante liderança, coordenação, gestão e administração do Executivo municipal em ação continuamente articulada, interativa e conjunta com o Legislativo e as lideranças sociais, culturais, étnicas, religiosas e empresariais ativas no espaço-território da municipalidade;

c - aproveitando e captando cooperações, insumos e recursos, de toda ordem, de instâncias, agências e agentes externos (públicos e privados bem como nacionais e internacionais) que possam contribuir para a endogeneização do Desenvolvimento Local no município de acordo com os referenciais teórico-metodológicos adotados no âmbito do processo.

#### **3.2 – Específicos**

##### **3.2.1 – Do Grupo Central de Administração-Gestão do Processo**

Desenvolver estratégias e criar e/ou captar meios (condições científicas, técnicas, tecnológicas, financeiras e outras) para a implementação do processo objetivado em 3.1, assim como exercer a macro-coordenação de todas as suas dinâmicas programático-operacionais de viabilização, acompanhamento, avaliação, controle e realimentação das mesmas.

##### **3.2.2 – Da Sociedade Porto-Murinhense**

Envolver-se criativa e efetivo-cooperativamente na processualística de sua automobilização, auto-



organização e endogeneização de capacidades, competências e habilidades em suas comunidades-localidades, visando a concreta participação e co-responsabilização das mesmas na diagnose, priorização, programação, execução, avaliação e reimplantação de soluções aos problemas, às necessidades e às aspirações humanas, sociais, culturais, econômicas e ambientais que lhes dizem respeito mais direta e cotidianamente.

### **3.2.3 - Da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB**

- a - assessorar técnico-cientificamente o encaminhamento geral do processo de implementação do Desenvolvimento Local no município de Porto Murtinho em consonância com o "núcleo conceitual" enfocado em 2.1;
- b - prestar assessoramentos técnico-científicos especializados, dentre os disponíveis na Universidade, a atividades e/ou domínios específicos que os requeiram ao longo da operacionalização do processo;
- c - participar das dinâmicas de planejamento, acompanhamento, avaliação e realimentação do todo e de partes do processo, tratando-o metodologicamente como investigação/experimentação bem como motivando e apoiando no sentido de que se produzam matérias para publicações de variados tipos e em diferentes veículos de circulação.

## **4 - REFERENCIAIS METODOLÓGICOS**

A expressão "referenciais metodológicos" é propositadamente utilizada dado que a natureza do processo de implementação do Desenvolvimento Local não comporta a pré-fixação de qualquer tipo de rigorismo metodológico, o que já foi documentado na correspondência de 16/03/2001, p. 2-6, no ANEXO.

Entretanto, em se tratando de processo institucionalizado no município, e não de mera improvisação casual, prevêm-se para o mesmo as seguintes dimensões metodológico-operacionais:

### **4.1 – Dimensão de Conscientização, Mobilização e Organização Comunitária Local**

Esta dimensão se intensifica na fase inicial de implantação-implementação do processo, enquanto indispensável primeiro passo operacional rumo à decolagem do mesmo, mas nunca poderá ser desativada ou descuidada ao longo do processo em razão de

sua finalidade principal consistir na permanente formação e endogeneização da cultura comunitária a respeito da necessidade e/ou conveniência de cada comunidade afirmar-se como capaz, competente e hábil de somar iniciativas, esforços e criatividade para se tornar sujeito-agente de seu próprio desenvolvimento, bem como do meio-ambiente que lhe serve de contexto de vida, em consonância com sua real situação de características, riquezas e potencialidades explícitas e implícitas. Para tanto, os delineamentos metodológicos sugeridos são:

- programação de trabalho estrategicamente integrado (envolvendo educação, cultura-esporte-turismo, saúde, promoção social, infra-estrutura, etc.) para ampla e intensa difusão sobre o que é e o que representa o Desenvolvimento Local em termos de progresso, auto-estima, autoconfiança e conquista de bem-estar tanto para as comunidades setorializadas no território municipal quanto para a própria municipalidade como totalidade;
- estudo de possibilidade e conveniência no sentido da organização do panorama comunitário municipal pela criação de **COMITÊS SETORIAIS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**, coordenados por um **CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL** (cfr. comentários detalhados na mencionada correspondência, no ANEXO), aos quais compete engajar-se e envolver toda a população local nos “ciclos de trabalho comunitário-cooperativo”, referidos abaixo, de forma que o desenvolvimento da localidade considere, aproveite, aperfeiçoe e amplie as explícitas e latentes peculiaridades, condições e potencialidades locais.

#### **4.2 – Dimensão de Atividades/Projetos em Domínios Específicos**

Em termos lógicos, à medida que se for concretizando a dimensão de conscientização, mobilização e organização comunitária local, referida em 4.1, os **COMITÊS SETORIAIS** coordenados, monitorados e apoiados pelo **CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL** passarão a se ocupar do que se convencionou chamar, às p. 2-3 da correspondência, no ANEXO, “ciclos de trabalho comunitário-cooperativo”. Cada ciclo compreende “(...) diagnose (dos quê fazer e respectivas viabilidades), definição (priorização), programação (projecção da ação), ação propriamente dita, avaliação, celebração (comemoração de todas e cada conquistas) e abertura de novos ciclos” em relação, também, a cada domínio específico: educação, saúde, habitação, turismo, cultura, esporte, infra-estrutura, pecuária, agricultura, hortifrutigranjeiros, cultura cítrica, comércio, indústria cerâmica, industrialização de granito, indústria de pescado, e muitos outros.

Esses ciclos de trabalho cooperativo de todos e cada **COMITÊS-CONSELHO** se formam e regem de

acordo com a seguinte lógica: “(...) das iniciativas mais simples, mais fáceis e menos abrangentes para as mais complexas, mais difíceis e mais abrangentes(...)”, tal como se constrói uma casa assentando tijolo por tijolo e não empilhando todos de uma só vez. Isto é o que em Metodologia Científica se caracteriza como **PROGRESSÃO**: de consecutivas(os) atividades/projetos mais simples e fáceis somam-se resultados, conhecimentos, experiências e autoconfiança para se galgar às(aos) mais complexas(os) e difíceis, evidentemente se o fenômeno avaliação-reflexão se fizer constantemente presente tanto na fase da definição/programação quanto na da ação propriamente dita de cada atividade/projeto.

Todavia, é preciso ressaltar que { mesmo seguindo essa lógica das(os) atividades/projetos mais simples e fáceis para as(os) mais complexas(os) e difíceis, mas utilizando condições e potencialidades disponíveis ou latentes nas próprias comunidades-localidades } chegará o momento em que para cada atividade/projeto será necessária ou conveniente a ajuda externa em termos de assistências técnico-científicas especializadas tanto para a sua programação-execução quanto, em algumas situações, para captação e provimento dos respectivos recursos de toda ordem. Essa é a hora de os especialistas em domínios específicos entrarem em cena, sejam eles da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB ou de quaisquer outras instituições, desde que dispostos a participarem do processo como autêntico Desenvolvimento Local.

#### **4.3 – Sistemáticos Acompanhamento, Controle e Avaliação**

O processo do Desenvolvimento Local da forma como é teoricamente concebido neste Plano requer postura profissional e democraticamente co-responsável de quantos nele se engajem como agentes, não importa se internos ou externos em relação ao local em que é implementado. Isso quer dizer que todas as atividades não só devem orientar-se pelo e para o rumo teórico básico, ou norteador da totalidade do processo, como também precisam ser cuidadosamente programadas, ordenadas, acompanhadas e constantemente avaliadas, de sorte que a reflexão analítico-avaliativo-realimentadora se faça presente ao longo de todas e quaisquer posturas de planejamento e operacionalização do mesmo: por ela se aprende e se tira proveito de tudo, não importando se de acertos, erros, falhas, facilidades ou dificuldades. Sem acompanhamento, controle e reflexão analítico-avaliativo-realimentadora, quaisquer pretensas posturas democráticas, em termos de encaminhamentos e conquistas, inclusive no nível de comunidades-localidades, se tornam estéreis e não levam ninguém a lugar nenhum.

#### **4.4 – Enfatizando a Questão da Celebração/Comemoração**

Uma coletividade humana que não celebra/comemora seus feitos e suas conquistas ainda também não se consolidou de fato como comunidade: quanto a isso não há exceção em todos os rincões do planeta.

É pelas respectivas celebrações/comemorações comunitárias que os feitos e conquistas deixam de ser exclusivamente de fulano, beltrano e sicrano, estendendo seus raios e reflexos até as mentes e os corações de todos aqueles que delas participam. Por elas se amalgama o orgulho da pertença a esta ou àquela comunidade, a este ou àquele município, a este ou àquele país. Nelas, o pronome **NÓS** se sobrepuja aos

demais (EU, TU, ELE, VÓS, ELES) de não importa que tempo ou forma verbal.

Dentre outras, essas são importantes razões pelas quais as celebrações/comemorações se constituem excelentes e eficientes recursos metodológicos de animação e elevação da auto-estima comunitária tanto no sentido da automobilização quanto nos da auto-organização e do trabalho efetivo-afetivamente cooperativo.

## **5 - RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS**

### **5.1 – Do Município de Porto Murinho**

Serão previstos e providos pela Prefeitura Municipal através do Grupo Central de Administração-Gestão do Processo.

### **5.2 – Da UCDB**

A provisão dos recursos humanos da Universidade, auxiliares à implementação do processo de Desenvolvimento Local no município de Porto Murinho, será realizada sempre que necessária ou oportuna mediante entendimento entre as três Coordenações, referidas em 1.2, com base em critérios acertados entre a Prefeitura Municipal de Porto Murinho e a Administração Superior da Universidade.

Como se mencionou em 4.2 (“Atividades/Projetos em Domínios Específicos”), à medida que o processo de implementação do Desenvolvimento Local for se enraizando e ampliando, no município, cada vez mais assessoramentos especializados (também aludidos à letra **b** de 3.2.3) irão se tornando necessários ou convenientes.

Além de *experts* que se destinem aos assessoramentos acima, fica aberta a possibilidade de participação também de outros professores, pesquisadores e alunos da UCDB, mormente os vinculados aos Programas de Mestrado e Doutorado ou Núcleos/Grupos de Pesquisa (sobretudo mestrandos, doutorandos e pesquisadores em Desenvolvimento Local) interessados em engajamentos e/ou atividades investigatórias, desde que se trate de participação compatível com a natureza e a dinâmica operacional do processo e cuidadosamente acertada junto às Coordenações mencionadas em 1.2.

## **6 – PROVISÕES, INVESTIMENTOS E CUSTEIOS ATINENTES AO PROCESSO**

### **6.1 - Princípio Norteador**

O princípio que norteia as provisões, os investimentos e os custeios do processo é o de que o Desenvolvimento Local, conforme referenciado teoricamente neste Plano (bem como no ANEXO e nos TEXTOS DE APOIO, item 8) e assumido pelo Prefeitura como opção estratégica de administração e gestão do desenvolvimento comunitário-local porto-murtinhense, se insere no contexto da programação oficial do respectivo Poder Público, requerendo tratamento programático-operativo profissional, sem jamais dever ou poder ser equivocadamente confundido com “programação paralela” de cunho filantrópico-assistencialista ao/no município: uma vez adotado pela Prefeitura, torna-se de fato plano operacional do governo municipal naquilo que lhe concerne.

Trata-se, pois, de processo que:

- a - redimensiona essencialmente a atual cultura e as reais maneiras de o Poder Público Local planejar, administrar, operacionalizar e manter a consecução do bem-público municipal agindo coparticipativamente com as respectivas comunidades-localidades, progressivamente mobilizadas, organizadas e preparadas para o trabalho cooperativo, o que significa substanciais evoluções nos próprios estilos e posturas historicamente tradicionais da administração pública municipal brasileira;
- b – requer tratamento profissional em todas as suas dimensões, inclusive na do pessoal técnico e administrativo que nele atue;
- c – se apresenta como objeto de provisões, investimentos e custeios normais através dos mecanismos de arrecadação ou captação de receitas do município (evidentemente ressalvadas destinações específicas para alguns deles), tanto os já existentes quanto os que venham a ser criados.

## **6.2 – Pelo Menos Três Frentes a Serem Acionadas**

Face ao princípio supra, a Prefeitura Municipal poderá e mesmo deverá acionar pelo menos três frentes para efeito de provisões/investimentos/custeios:

- 1ª – a dos seus próprios quadro de pessoal, sistema de arrecadação e captação financeira, materiais permanentes, materiais de consumo, disponibilidades tecnológicas e infra-estruturais, e outros;
- 2ª – a da captação de recursos junto a fontes e/ou entidades/organizações nacionais e internacionais, assim como públicas e privadas, pela elaboração e apresentação de projetos específicos, auxiliada por eficiente dinâmica de *marketing* ou difusão de materiais concernentes ao processo do Desenvolvimento Local, no município, por todos os meios de comunicação possíveis, enfocando (a título de exemplo): sua essência inovadora quanto ao envolvimento cooperativo da comunidade no seu próprio desenvolvimento; sua criativa e sistemática maneira de se organizar e funcionar; os efeitos ou resultados diretos e indiretos que venham sendo cotidianamente observados e analisados, etc.;
- 3ª – a das parcerias com instituições dispostas a investir no Desenvolvimento Local de Porto Murtinho (de acordo com os referenciais teóricos e operacionais que lhe são peculiares) até que sua implementação se torne basicamente auto-suficiente e, daí em diante, sempre que conveniente: obviamente os critérios de cada tipo de parceria devem ser acordados entre os respectivos dirigentes envolvidos (o da Prefeitura Municipal e o da entidade/organização participante), sendo esta também a situação que se aplica à parceria da UCDB no processo em pauta.

## **7 – REITERAÇÕES**

Reitera-se, primeiro, que este Plano se limita tão-somente à explicitação de grandes referenciais teóricos e operacionais para a endogeneização do Desenvolvimento Local no município de Porto Murinho-MS, assinalando os principais delineamentos que margeiam o processo mas deixando vasto campo à criatividade comunitário-local quanto à sua implementação.

Em consequência, ressalta-se, ainda, que o sucesso dessa incomum empreitada dependerá fundamentalmente das disponibilidade, coragem e persistência -de todos os que nela se envolvam- tanto para a ousadia da criatividade construtiva quanto no sentido do constante e sistemático proveito avaliativo que tirarem e incorporarem de tudo o que aconteça ao longo da mesma (acertos, falhas, facilidades, dificuldades, etc.), visando as contínuas reprojeção e revigoração de sua trajetória processual: afinal, o que se objetiva é o DESENVOLVIMENTO LOCAL, não apenas o DESENVOLVIMENTO PARA O LOCAL e muito menos só o DESENVOLVIMENTO NO LOCAL (mencionados no ANEXO).

## **8 – TEXTOS DE APOIO<sup>4</sup>**

### **8.1- Fundamentais**

- (Co-autoria) *Formação educacional em desenvolvimento local*: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. Campo Grande : Editora UCDB, 2000, 101 p.
- Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. *INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 1, n. 1, set./2000, p. 63-76.
- *No município sempre a educação básica do Brasil*. Campo Grande : Editora UCDB, 1999, 146 p.
- *Municipalização para o desenvolvimento*. Campo Grande : UFMS/PREG, 1993, 55 p.
- Considerações sobre gestão integral de educação e outros serviços básicos no município. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre : Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação-ANPAE, v. 5, n. 2, jul./dez., 1987, p. 64-85.

### **8.2 – Complementares**

- No município a educação básica do Brasil: considerações gerais e arcabouço de proposta de ação. *Revista Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro : Associação Brasileira de Tecnologia Educacional-ABT, ano XVI, n. 75/76, mar./jun., 1987, p. 6-14.
- Escola básica: municipalização e acesso democrático. *Revista Pro-Posições*, Campinas : UNICAMP (Fac. de Educação)/Cortez, n. 1, mar., 1990, p. 29-38.
- Municipalização do ensino: da fábria utópica ao realismo competente. *Revista Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro : ABT, n. 119/120, jul./out., 1994, p. 18-20.
- Repensando a relação estado/municípios: uma sugestão para o governo de Mato Grosso do Sul. *Série- Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*, Campo Grande : UCDB, n. 4, nov., 1996, p. 174-201.

---

<sup>4</sup> Escritos pelo Prof. Vicente Fideles de Ávila desde a década de 1980. Outros itens bibliográficos poderão ser encontrados nesses mesmos escritos.

**Campo Grande, 10 de abril de 2001**

**ANEXO: CORRESPONDÊNCIA DE 16/03/2001**

Campo Grande, 16 de março de 2001

DO: PROF. VICENTE FIDELES DE ÁVILA

AOS: PREZADOS AMIGOS ENVOLVIDOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO (PARTICIPANTES DOS EVENTOS OCORRIDOS NOS DIAS 10 E 11).

Juntamente com nossas calorosas saudações, minhas e da Profª Cleonice, gostaria de lhes confirmar, o já sabido por vocês, que voltamos a Campo Grande densamente entusiasmados com as auspiciosas perspectivas de que o processo do autêntico Desenvolvimento Local (DL) - não do Desenvolvimento PARA O Local (DPL)<sup>5</sup> e muito menos do Desenvolvimento NO Local (DNL)<sup>6</sup> - tem, em vocês e nos demais segmentos da

---

<sup>5</sup> O que além de se situar no LOCAL, como sede física, gera atividades e efeitos benéficos à comunidade e ao ecossistema locais, mas à maneira *bumerangue*: brota da instância promotora, vai ao LOCAL-COMUNIDADE, mas volta à instância promotora em termos de consecução mais de suas próprias finalidades institucionais (as da instância promotora, evidentemente) que do real, endógeno e permanente desenvolvimento da COMUNIDADE-LOCALIDADE visada. Em esmagadora maioria, os programas, projetos e atividades desenvolvimentistas realizados e/ou propostos (com explícitos ou implícitos objetivos de melhorias de comunidades-localidades) por organismos internacionais e nacionais, públicos e privados, têm-se conotado como Desenvolvimento Para o Local (DPL), assim como os de caráter assistencialista, promocionalista e filantrópico, de modo geral, pensados e postos em prática por entidades/pessoas simplesmente abnegadas ou até especializadas em assistência/promoção humano-ambiental: por trás há sempre “interesses/ideais” (manifestos ou latentes) das próprias entidades/pessoas promotoras mais fortes e significativos que o de contribuir para que a comunidade-localidade de fato se desenvolva de dentro para fora. Por outra, esse tipo de estratégia de desenvolvimento se configura como provisória em virtude de que só dura enquanto suas agências/pessoas promotoras podem ou querem mantê-la em funcionamento, nem sempre deixando muitos e duradouros rastros quando encerrada sua atuação.

<sup>6</sup> O que tem o LOCAL apenas como sede física: é secundário se gera ou não benefícios à comunidade-localidade.

comunidade porto-murtinhense, de se germinar da situação-quase-zero para a de enraizada, frondosa e frutífera árvore de progressivas realização e produção comunitárias, tanto sociais quanto culturais e econômicas, evidentemente em termos de curto, médio e longo prazos.

Na segunda-feira mesma, dia 12, Profª Cleonice e eu fizemos relato oral bem detalhado aos professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local desta UCDB, sem, inclusive, escondermos o lado emocional que nos envolveu ao percebermos:

- primeiro, que vocês já estavam dando o primeiro passo rumo ao Desenvolvimento Local pela iniciativa da micro-organização das categorias presentes e emergentes na sociedade porto-murtinhense, como a dos piloteiros, a dos carentes de moradia, as das aldeias indígenas, etc.;
- segundo, que não foram necessárias muitas explicações para vocês irem direto ao âmago do que significa e representa o autêntico Desenvolvimento Local(DL) como nova e esperançosa maneira de se pensar (filosofia) e agir (política operacional) a respeito do progresso de determinada população (tanto localizada num território específico quanto agregada em torno de algum tipo de sentimento, interesse e/ou objetivo comuns – COMUNIDADE-), de forma que o desenvolvimento dela emerja de dentro para fora (ENDOGENAMENTE) e eleve o seu patamar de desnível<sup>7</sup> em relação a outros contingentes

---

<sup>7</sup> Aquele em que a comunidade se situa lá no fundo da *ladeira* pela qual se lhe despençam avalanches (de: conhecimentos diversificados e tecnologias sofisticadas mas por ela não digeríveis; inacessíveis oportunidades de produção porém com geração de ânsias de consumo (consumismo); chances de integração de povos com desintegração de identidades e valores locais; estratégias e instrumentos de, ao mesmo tempo, aproveitamento e degradação ambiental; simultâneos apelos à criatividade coletivo-produtiva e à apatia do conforto individualista; e assim por diante) na maioria das vezes *soterrando-a* sem poder e condições de reação. A elevação do patamar de desnível, acima referida, concerne exatamente à geração e cultivo, no seio e pela própria comunidade-localidade, desse tipo de poder e condições e/ou mecanismos endógenos de reação tanto no sentido de rejeitar ou desviar o que não convém quanto no de aproveitar da avalanche o que lhe convém em termos de energia e subsídios para o seu –dela mesma- efetivo desenvolvimento.



populacionais situados em posições educacionais, culturais e sócio-econômicas superiores da hierarquia piramidal que agrega os diferentes hemisférios e países assim como as diversas regiões e localidades geo-humanas nas quais concretamente nascem, vivem e morrem as pessoas em constante interação simbiótica com todos os demais componentes da natureza que as envolvem ecossistemicamente, tanto possibilitando quanto facilitando ou dificultando as suas coletivas e individuais existências.

Feitas as observações supra, de certo modo rememorando o essencial de nossas –minha e da Prof<sup>a</sup> Cleonice- falas e participações no evento do dia 10 à noite, talvez seja o caso de também lembrar alguma coisa concernente às primeiras providências comentadas no início da tarde do dia 11, vez que a reunião teve início às 10h e 30min só se concluindo, em clima de muito proveito mas extenuante cansaço, por volta das 13h.

O efetivo e dinâmico envolvimento e engajamento de qualquer comunidade no seu próprio processo de desenvolvimento endógeno implica, de partida, sua construtiva e produtiva mobilização e organização para o trabalho cooperativo em termos de diagnose (dos quê fazer e respectivas viabilidades), definição (priorização), programação (projeção da ação), ação propriamente dita, avaliação, celebração (comemoração de todas e cada conquistas) e abertura de novos ciclos. Trata-se, pois, de ciclos de trabalho comunitário-cooperativo que se formam e concretizam de acordo com a seguinte lógica: das iniciativas mais simples, mais fáceis e menos abrangentes para as mais complexas, mais difíceis e mais abrangentes ou, em outros termos, das situações-problema e respectivas soluções- resultados estrategicamente mais simples, fáceis e menos abrangentes para as mais complexas, difíceis e de maior amplitude, formando uma constante cadeia de ciclos que se

---

aperfeiçoam, enriquecem e expandem sucessiva e continuamente.

Portanto, e em princípio, é válida qualquer estratégia metodológica de mobilização-organização comunitária que de fato –e democraticamente justa– implemente a lógica processual acima referida. Entretanto, no caso da mobilização-organização da comunidade porto-murtinhense pareceu-me que já há promissores referenciais de ação bem delineados: primeiro, o Poder Público Local marcou o real desenvolvimento comunitário-local como compromisso e meta; segundo, o próprio Poder Público, em articulação com lideranças locais, chamou a si as responsabilidades e gerência do processo, perfeitamente ciente de que se trata de desafio que exige coragem, perspicácia, habilidade, dedicação e estratégica paciência de construção social (a do pescador que prepara adequadamente a sua tralha e, no momento aprazado, investe atenção, tempo e artifícios na busca do peixe grande, mas sem desperdiçar o pequeno); terceiro, como se mencionou atrás, o trabalho de mobilização-organização por categorias (piloteiros, carentes de moradia, etc.) já está iniciado como política e postura oficiais do Poder Público; e, quarto, todos os gerentes setoriais de implementação de políticas públicas (concernentes a coordenação geral, educação, saúde, infra-estrutura, cultura-esporte-turismo, comunicação, promoção social, etc., etc.) já estão envolvidos no processo, oferecendo ao encaminhamento do mesmo várias e amplas alternativas de intensa e eficaz difusão da conveniência e mesmo necessidade da mobilização-organização comunitária para a endogeneização e dinamização do Desenvolvimento Local em Porto Murinho.

Com toda essa base, a impressão é a de que tudo se apresenta favorável à mobilização comunitária, evidentemente se vocês de fato se planejarem para isto (o que

certamente já estão fazendo). Mas como organizar a comunidade de forma que ela realmente participe de todas as etapas de cada ciclo de desenvolvimento acima aludidas?

–Embora não haja receita para isto, a setorialização ou zoneamento do espaço geo-humano do município me parece idéia muito simpática e pertinente: a partir de estudos e constatações sobre convergências e divergências de características humanas (sobretudo no que concerne a necessidades, interesses, objetivos e aspirações comuns), ambientais e de mobilidade (possibilidade de as pessoas se encontrarem para reuniões, mutirões e celebrações-comemorações comunitárias), formar COMITÊS SETORIAIS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, com as competências e responsabilidades de, em parceria direta e constante com o Poder Público municipal, gerir os processos de desenvolvimento nos âmbitos dos correspondentes setores (de modo a integrar –em esforço conjunto- educação, saúde, habitação, serviços sociais, infra-estrutura, turismo, esporte, lazer, agricultura, pecuária, indústria, comércio, manejo ambiental, emprego de tecnologias especializadas, etc., etc.), diagnosticando, priorizando e somando iniciativas para a identificação de viabilidades operacionais e envolvimento cooperativo das comunidades setoriais nas respectivas programações, ações, avaliações e celebrações-comemorações de qualquer tipo de conquista.

Em termos de organização e funcionamento sistêmicos, pode-se pensar na formação de um CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, composto por representantes do Poder Público (com competência técnica, condições de liderança e poder de decisão nas correspondentes áreas) e pelos coordenadores dos COMITÊS SETORIAIS, localizado na sede municipal mas com COMISSÕES OU CÂMARAS especializadas que se revezem em trabalho conjunto com os COMITÊS SETORIAIS em suas próprias sedes, de maneira que: a) as sedes setoriais também se concretizem como reais e estratégicos pontos ou *locus* de diagnose, decisão, programação, ação, acompanhamento, avaliação,

realimentação, celebração-comemoração a respeito das questões típicas de cada setor; e b) a sede municipal mantenha a articulação, o acompanhamento, o controle, a avaliação, o equilíbrio/harmonia, a realimentação e as celebrações-comemorações de tudo o que se faça e conquiste no âmbito municipal, neste último caso socializando em todo o município o que se faça e conquiste em cada localidade setorializada. Em verdade, esse CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL seria menos executor e mais animador, coordenador, apoiador, acompanhador, avaliador e socializador do desenvolvimento no nível das comunidades setorializadas, ora animando-as, ora desafiando-as, ora despertando-lhes o espírito de concorrência mas sempre identificando, explicitando, sistematizando e publicando interna e externamente (ou seja, dentro e fora do município) as iniciativas, os esforços, a criatividade e os resultados que se forem colhendo momento-a-momento em todas e cada uma das comunidades setorializadas, como conquistas cujos méritos se creditem à ação cooperativo-comunitária.

Uma vez alcançado esse estágio de organização e funcionamento sistêmicos, as atividades e os projetos mais complexos irão surgindo e, com eles, estratégias e métodos próprios de solução de problemas ou atendimento de necessidades e aspirações emergirão por iniciativa e criatividade próprias dos COMITÊS e CONSELHO, aí sim delineando com clareza os domínios específicos das realidades setoriais que carecerão de assistências técnicas especializadas em diferentes áreas do conhecimento científico e tecnológico, cabendo aos CONSELHO e COMITÊS agenciá-los e gerenciá-los: esse será o momento de entrarem em cena os especialistas em meio-ambiente, erosão, reflorestamento, bovinocultura, suinocultura, hortifrutí, higiene e saúde pública, formação de professores, metodologia de ensino, infra-estrutura urbana, e assim por diante.

Entretanto, gostaria de lhes alertar no sentido de que não esperem os especialistas

para o desenvolvimento de criativas iniciativas que vocês mesmos possam tomar ou pelo menos iniciar, como no caso do uso da musicalidade da população porto-murtinhense, inclusive crianças, como recurso metodológico riquíssimo e capaz de revolucionar o ensino-aprendizagem de todos os conteúdos escolares assim como os referentes a conscientização, formação e exercitação da cidadania, em termos individuais e coletivos.

Sempre que julgarem conveniente, chamem os especialistas; mas só é conveniente chamá-los quando vocês mesmos tiverem pelo menos a idéia geral a respeito dos por quê e para quê chamá-los. Do contrário, ou vocês não os entenderão ou eles tenderão normalmente a orientá-los mais sobre o quê eles sabem do que a respeito do quê vocês deles esperam; essa situação de desencontro mina, sem dúvida alguma, a auto-estima local como também frustra a realização profissional dos próprios especialistas: afinal, como prestar assistência especializada a quem sequer tem noção sobre o que quer com tal assistência? -De certo modo, especialistas (e eu me incluo na categoria autodenominando-me bucolicamente *especialista em generalidades sobre DL*) somos como remédios controlados: indispensáveis e ótimos se tomados para finalidades certas, nas doses certas e em horas certas.

Sugestão de leituras complementares:

- SOBRE PLANEJAMENTO ENVOLVENTE (PARTICIPATIVO): páginas 99-109 do livro “*No município a educação básica do Brasil*” ( 2. ed., Campo Grande : Editora UCDB, 2000) e páginas 43-50 do livrete “*Municipalização para o desenvolvimento*” (Campo Grande : PREG/UFMS, 1993);
- SOBRE COMITÊS E CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO: páginas 111-122 do livro e páginas 43-52 do livrete referidos acima;

- SOBRE 'BOA UTOPIA': páginas 92-95 do livro "*Formação educacional para o desenvolvimento local*" (Campo Grande : Editora UCDB, 2000).

Reitero, por fim, nosso caloroso entusiasmo (meu e de Profª Cleonice) em relação a tudo o que presenciamos aí em Porto Murtinho nos dias 10 e 11 do corrente mês. Lembro-me que lhes disse, no dia 11, que quanto menos vocês precisassem de nós no processo de decolagem do Desenvolvimento Local do município melhor seria, mas, acrescento: sempre que precisarem ou acharem conveniente nosso intercâmbio, aqui ou aí, estarei disponível (bem como, penso eu, Profª Cleonice e a própria UCDB); afinal, contribuir para o plantio e cultivo do progresso endógeno de todas as comunidades localizadas brasileiras tem sido de longa data minha 'boa utopia'!

Atenciosamente,

PROF. VICENTE FIDELES DE ÁVILA

Ciente: PROFª CLEONICE ALEXANDE LE BOURLEGAT